



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Crescer a Brincar – Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras

Bárbara Pascoal Faria Martins Pereira

Trabalho de projeto submetido ao Instituto Universitário de Lisboa como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Educação e Sociedade

Orientador: Professor Doutor Otávio Raposo, Investigador Integrado, Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Co-orientador: Doutor Álvaro Faria, Educador Social
Aldeia SOS de Gulpilhares

Lisboa, outubro de 2018



O dever de todo o povo civilizado é proteger e melhorar as condições de vida
de toda a criança que nasce.

Carlos Salazar de Sousa, 2006

A assistência aos necessitados não é uma esmola, é para eles um direito e para
nós um dever.

Mária de Fátima Caldeira, 2004



Escola de Sociologia e Políticas Públicas

Crescer a Brincar – Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras



Orientador: Professor Doutor Otávio Raposo,
Investigador Integrado Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Co-orientador: Doutor Álvaro Faria, Educador Social
Aldeia SOS de Gulpilhares

Lisboa, outubro de 2018

Agradecimentos

Agradeço à minha família pelo seu apoio, paciência e compreensão durante toda esta caminhada, assim como ao meu pai e ao meu tio Júlio, que apesar de já terem partido, são para mim uma fonte de inspiração. Às minhas madrinhas Nely Gomes e Isilda Pascoal, à minha tia Isabel Pascoal, à minha mãe e à minha prima Ana, pela sua ajuda profissional, apoio moral e compreensão incondicional. Agradeço também ao povo de Alqueidão da Serra, ao gabinete do Reconstruir, à comunidade de Taizé, às Combonianas e à casa de Santa Zita, pelo apoio, compreensão e atenção.

Expresso a minha gratidão para com as Religiosas de Maria Imaculada, que sempre estiveram presentes durante a minha adolescência e no discernimento da minha vocação.

Agradeço à paróquia e aos escuteiros do agrupamento 143 de São Mamede de Infesta que me introduziram no meio missionário e com os quais aprendi e cresci. Gostaria de agradecer também aos grupos da Casa de Santa Zita, “Fé e Missão”, “A Missão País de Alqueidão da Serra” e “A Missão País de Chão de Sapo”, por permitirem uma preparação inicial e uma aproximação ao meu estágio.

Às crianças da Aldeia SOS de Gulpilhares, à equipa pedagógica (nomeadamente ao co-orientador, Doutor Álvaro Faria), por me terem permitido realizar o estágio e o respetivo projeto. Agradeço também a outros profissionais das Aldeias SOS em Portugal, que trabalham na sede da associação, em Lisboa, nomeadamente, ao chefe do marketing, Doutor Manuel Matias, quem me elucidou relativamente à estrutura, história e normas da instituição.

À Doutora Guida, diretora pedagógica das Aldeias SOS em Portugal, que me permitiu a realização do estágio e me respondeu a perguntas sobre a Aldeia que ajudaram na construção do projeto. À Doutora Cristina Cabeleira, da Aldeia SOS de Gulpilhares por tão bem me ter acolhido.

À diretora de curso, Teresa Seabra por toda a atenção, orientação e preocupação com o mestrado. Ao Doutor Otávio Raposo por toda a sua ajuda no desenvolvimento e orientação, com sugestões valiosas em momentos críticos, bem como à Universidade de Aveiro, nomeadamente aos professores do curso de Educação Básica da Universidade de Aveiro, que me apetrecharam com conhecimentos e auxílios, sendo mesmo entrevistados para este projeto, nomeadamente, a professora Inês Oliveira, o professor Rui Neves e a professora Aida Figueiredo. Como também a outros profissionais da área da Educação

Não Formal e das metodologias escolares, como o Doutor Pépe Menéndez, diretor e criador de um projeto inovador intitulado “Quadro 2020”, em Espanha, e o doutor Carlos Neto, professor na Universidade de Motricidade Humana, que investiga a temática da ludicidade e do direito ao brincar.

Por fim, a todas as pessoas que me ajudaram, dispondo do seu tempo livre para uma entrevista, fazendo voluntariado na associação, dando-me trabalho para pagar as propinas, nomeadamente a Pizzaria Nova Barra. Como também a todos os companheiros de caminho, nomeadamente o grupo da capoeira, na Cadencia do Berimbau, a todos o meu sincero obrigada.



Resumo

Durante o estágio efetuado na instituição “Aldeia SOS em Gulpilhares”, senti a necessidade, conjuntamente com a equipa pedagógica (nomeadamente as mães sociais) de criar um espaço denominado “Crescer a Brincar – A Casa das Brincadeiras”. A minha intenção era criar um projeto/espaço para as crianças mais novas (até aos 12 anos) socializarem, florescerem em competências sociais e desenvolverem funções cognitivas.

Os projetos nas casas de acolhimento devem incentivar uma relação saudável entre a sociedade e as crianças acolhidas, entre técnicos e utentes, devem ser práticos e motivadores, preparando-os para a autonomia e responsabilidade, e defender os direitos da criança, como o direito ao brincar e a expressarem-se livremente.

A educação não formal neste contexto é um processo/mais-valia que deve ser organizado, sendo que os resultados deste tipo de aprendizagem não são avaliados formalmente. O profissional de educação, que trabalha em espaços não formais, deve estar ciente da importância de proporcionar à população conhecimentos que levem a uma melhoria da estrutura interior da criança, possibilitando-lhe qualidade de vida e auto-estima, capacitando-a para atuar em diversos contextos sociais.

Este projeto consiste em fazer uso de um espaço não formal e aberto a uma exploração sensorial motora/comunicativa e de estimulação aberta. Este possui uma vertente prática como conversas e diálogos com o co-orientador, a equipa e as mães sociais. Por fim, realiza-se uma reflexão sobre as atividades realizadas ao fim de semana e suas possíveis melhorias, baseada num modelo de estratégia e gestão, tanto associativo como individualizado.

Palavras-chave: Criança, Aldeias SOS, Brincar e Educação Não Formal.

Summary

During the internship done in “Aldeias SOS in Gulpilhares”, I felt the need as well as institutional members (sos mother’s), to create a space wich I’ve designated “Crescer a Brincar – A Casa das Brincadeiras”. My idea was to create a space/project for younger children (up to 12 years old) in order to socialize, to flourish in social skills and cognitive functions. The project of familly hostes should encourage a healthy relationship between society and children, between technicians and users and be pratcal and motivating, preparing them for autonomy, responsability and the defense of children’s rights, such as the right to play and to express themselves freely.

Non-formal education in this context, is a process/value that must be organized, but whose learning out comes are not formally evaluated. The educational professional working in non-formal spaces must be aware of the importance of provinding knowledge that leads the population to an improvement, of the child’s interior strucutre, enabling quality of life and self-esteem and enabling them to work in diferent social contexts.

This project consists of making use of a non-formal space and open to sensory exploration motor and communicative open stimulation. This having a practical side such as conversations and dialogues with the co-supervisor, team and social mothers.

Finally, a reflection is made in what regards the activities performed at the weekend and its possible to make improvements, based on a model of strategy and management, both associative and individualized.

Keywords: Children’s, SOS Villages, To Kid and Non-Formal Education.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo.....	5
Summary	6
Índice de Figuras.....	8
Motivações e Dificuldades na Escolha do Objeto	9
Apresentação dos Capítulos	11
Introdução	1
Capítulo I. Caracterização Institucional.....	4
1.1.As Aldeias SOS no Mundo	4
1.2.Breve História das Aldeias SOS em Portugal	7
1.3.Caracterização da Aldeia SOS de Gulpilhares.....	10
Capítulo II. Institucionalização e Leis	12
2.1.Crianças Institucionalizadas.....	12
2.2.Evolução das Leis e Instituições	16
Capítulo III. Enquadramento Teórico	19
3.1.Noção de Criança e Infância no Mundo e em Portugal	19
3.2.A Ludicidade e o Jogo para as Crianças	22
3.3.A Importância do Brincar.....	26
Capítulo IV. Educação Não Formal e Projetos de Educação Não Formal	29
4.1.Educação Não Formal.....	29
4.2.Projetos de Educação Não Formal	30
Capítulo V. Metodologia do Projeto	32
Capítulo VI. Casa das Brincadeiras SOS	35
6.1.Casa das brincadeiras- Emergência do Projeto “Crescer a Brincar”	35
6.2.Procedimento do Projeto	41
6.3.Divisões da casa das brincadeiras SOS.....	43
6.4.Atividades Realizadas	48
6.5.Projeto Casa Das Brincadeiras – Avaliação Crítica do Projeto.....	53
Reflexão Final	57
Bibliografia	59
Anexos	1
Anexo A - Reflexão sobre os educadores sociais e os voluntários.....	2
Anexo B – Análise das entrevistas sobre a função das Mães Sociais.....	7
Anexo C- Fotos e Fotocópias de Registos Institucionais.....	12
Anexo D.E-mail de donativos/materiais recebidos.....	14
Curriculum Vitae.....	18

Índice de Figuras

Figura 1 Estatueta de Homenagem em Espanha ao Fundador das Aldeias SOS	3
Figura 2- Mapa Representativo das Aldeias SOS espalhadas por todos os Continentes	7
Figura 3-Doutoras: Maria do Céu Mendes Correia e Palmira Cabrita Matias.....	10
Figura 4- Vista da Casa Comunitária da Aldeia SOS de Gulpilhares e de Algumas das Casas DAS Famílias SOS	11
Figura 5- Logótipo da Instituição de Apoio À Criança.....	18
Figura 6- Imagens de Crianças Acolhidas no Século XIX.....	21
Figura 7- Exemplo de Crianças da Aldeia SOS de Gulpilhares a brincarem.....	28
Figura 8-Imagens da Casa das Brincadeiras- Projeto Manobras da Professora Inês Olivira	31
Figura 9- Exemplo Ilustrativo de Investigação na Educação.....	34
Figura 10-Exemplo de Escola Baseada na Metodologia Montessori.....	40
Figura 11-Imagem Representativa da Cozinha da Casa das Brincadeiras	44
Figura 12- Imagem Representativa da Biblioteca.....	45
Figura 13- Imagem Representativa da Sala de Motricidade Livre da Casa das Brincadeiras.....	45
Figura 14-Imagem Representativa da Sala de Atelier da Casa das Brincadeiras.....	46
Figura 15-Imagem Representativa da Sala do Atelier da Casa das Brincadeiras	46
Figura 16- Materiais para a Sala do Aletier	47
Figura 17-Decoração da Casa das Atividades.....	49
Figura 18-Pintura da Casa Monte Branco Para Ser Utilizada Para A Casa das Brincadeiras.....	49
Figura 19-Fotos do Peddy Papper em Guimarães.....	50
Figura 20- Fotos da Decoração do Halloween.....	50
Figura 21- Fotos do Postais de Natal	50
Figura 22- Fotos da Festa do Magusto.....	51
Figura 23- Fotos da Festa da Capoeira.....	51
Figura 24- Recolha do Material para a Casa das Brincadeiras	51
Figura 25- Foto da Entrada de Perlim.....	52
Figura 26- Foto do Projeto V.O.U.	52
Figura 27- Imagens de Atividades Realizadas	Erro! Marcador não definido.
Figura 28- Foto Ilustrativa do Trabalho em Rede Nas Casas de Acolhimento.....	56
Figura 29- Desenho Livre das Crianças da Aldeia SOS de Gulpilhares	58

Índice de Quadros

Cronograma com as actividades.....	46
------------------------------------	----

Motivações e Dificuldades na Escolha do Objeto

As motivações pessoais, para realizar este projeto na Aldeia SOS de Gulpilhares, emergiram no seguinte contexto: aos 16 anos, numa atividade dos escuteiros de serviço ao próximo, decidi, conjuntamente com o meu grupo de pioneiros proporcionar uma tarde diferente aos meninos da Aldeia SOS de Gulpilhares. Após a morte do meu pai e de ser voluntária no IPO do Porto, tirei o curso de Apoio à Infância e seguidamente a licenciatura em Educação Básica na Universidade de Aveiro. Nos meus tempos livres de universitária fiz voluntariado na pastoral universitária, no Bairro de Santiago, dando explicações às crianças do primeiro ciclo. No ano de 2016 participei na missão país de Alqueidão da Serra, no qual decidi que deveria fazer o mestrado de “Educação e Sociedade” e entrar na família Comboniana. Optei, depois destes dois anos de caminho, por regressar à Aldeia SOS de Gulpilhares, para fazer o estágio curricular porque se aproximava da minha história de vida. Este estágio curricular realizou-se entre outubro e janeiro, do ano letivo 2017/2018, numa totalidade de 600 horas. Continuei, após o término do estágio, a fazer voluntariado, entre fevereiro e maio, 2 vezes por semana, tendo terminado em maio por motivos de saúde.

A escolha da Aldeia SOS de Gulpilhares para estagiar deveu-se, em primeiro lugar, com o facto da associação Aldeia SOS em Portugal defender a união dos irmãos biológicos depois da vivência de momentos traumáticos, algo muito semelhante à minha história de vida. Em segundo lugar, porque conhecia uma mãe social dos Leigos Missionários Combonianos a trabalhar nesta instituição, o que me entusiasmou para a possibilidade de servir os mais desfavorecidos através do estágio curricular. Por fim, a proximidade com a minha residência familiar não me obrigaria a ter custos suplementares com a permanência em Lisboa e assim pude concentrar-me ao máximo, no estágio curricular e no meu projeto de dissertação.

As Aldeias SOS são uma instituição particular de solidariedade social, a nível mundial, com três Aldeias SOS em Portugal: Bicesse (Cascais), Guarda e Gulpilhares (Porto). Acolhem crianças e jovens em risco, dos 2 aos 21 anos, em casas espalhadas por cada uma das zonas geográficas mencionadas.

As casas trabalham de forma independente e sobre a responsabilidade das mães sociais, as quais são apoiadas pela equipa pedagógica existente na aldeia. Uma das responsabilidades da mãe social é tratar da educação das crianças. O facto de as

mães sociais da Aldeia SOS de Gulpilhares sentirem a necessidade de um espaço para as crianças brincarem, de existirem mais momentos de atividades de educação não formal e da existência de uma casa desabitada deram origem a este projeto. As mães sociais são parceiras de trabalho dos educadores sociais e quando as mesmas desistem, por serem afetadas pela síndrome de Burnout, os projetos correm o risco de não ter continuidade.

O projeto Crescer a Brincar – Criação da Casa das Brincadeiras foi um desafio que a equipa educativa me lançou. As crianças foram o elemento principal desse projeto, em que as suas ideias e os seus gostos foram incorporados desde o princípio. Elas colaboraram na descrição dos espaços e na recolha dos materiais, apoiaram na edificação da Casa das Brincadeiras e demonstraram com as suas atividades o que gostariam de ter na mesma.

A equipa pedagógica já tinha refletido sobre a dificuldade em motivar as crianças para, no uso dos seus tempos livres, de se relacionarem e enriquecerem os seus períodos de lazer. Como futura educadora social, baseei-me num modelo educativo que visa valorizar a participação ativa dos jovens e das crianças. Ajudando-os a resolver situações de conflito, devido aos seus passados difíceis que os levaram à institucionalização e fazer com que os mesmos adquiram competências sociais, habilidades cognitivas e serem construtores da sua própria mudança – estes serão os meus objetivos enquanto profissional. Não pretendo deixá-los sozinhos neste caminho, e tão-pouco pretendo ser uma educadora autoritária: as atividades não devem ser impostas pelo educador, mas planeadas em conjunto com as crianças.

Numa casa de acolhimento como as Aldeias SOS, devemos trabalhar em rede entre todos os elementos da instituição, comunidade envolvente e as próprias crianças, estimulando a autonomia e o espírito colaborativo.

As principais dificuldades encontradas para a realização deste projeto prenderam-se com a própria dinâmica da instituição onde realizei o estágio, nomeadamente com a ausência da diretora na altura da criação da Casa das Brincadeiras – a sua presença teria permitido que os problemas da casa fossem resolvidos: arranjo da cozinha, da eletricidade e formulação de plano de intervenção. Por outro lado, uma eficaz supervisão teria impedido dificuldades como a desistência das mães sociais e a finalização do estágio curricular.

Apresentação dos Capítulos

Este projeto contém os seguintes capítulos:

- (1) Caracterização Institucional, onde se relata como as Aldeias SOS foram evoluindo ao longo dos tempos, em Portugal e no mundo, assim como o funcionamento da Aldeia SOS de Gulpilhares.
- (2) Enquadramento Teórico, onde abordo a questão das crianças, evolução da nomenclatura ao longo dos tempos, legislação, a criança e o jogo, a brincadeira e, por fim, a educação não formal.
- (3) De seguida, refiro-me à metodologia de investigação: a utilização da investigação-ação, baseada na metodologia da Pesquisa de Terreno, na qual fiz observação participante, enquanto estagiária, da Aldeia SOS de Gulpilhares. Abordo a realização de entrevistas e conversas com os membros institucionais, com as crianças e com outras entidades e pessoas relacionadas com o projeto e sua temática.
- (4) Por fim, faço um relato sobre a Casa das Brincadeiras, no qual explico o seu processo e reflito sobre os diferentes intervenientes do projeto socioeducativo. Apresento uma avaliação e uma planificação das áreas e possíveis atividades a realizar.



Introdução

Decidi realizar o mestrado de “Educação e Sociedade” após a participação na “Missão País Universitária”¹ e depois de ter conhecido e acompanhado a congregação das Religiosas de Maria Imaculada². Todos estes fatores levaram-me a compreender a minha vocação pela missão e pelo serviço ao próximo, principalmente junto dos mais desfavorecidos.

O fundador das Aldeias SOS, Dr. *Hermann Gmeiner*, iniciou a instituição na Áustria, mais propriamente em *Imst*. Este centrou a sua ação social com base na função educativa do elemento humano (“mãe social”) e com o lema “amor e um lar para cada criança”. Nesta instituição, a criança está imersa num meio familiar chamado família SOS, constituído pela mãe social e por 6 crianças, numa das casas da Aldeia.

Pela natureza do contexto apresentado, está fortemente implícita uma componente de educação não formal, com a totalidade dos intervenientes na instituição a terem um papel decisivo neste desígnio: o de formar um ser humano íntegro e estruturado.

A instituição Aldeias SOS baseia-se no artigo 31.º da Convenção sobre os Direitos das Crianças (alínea 1), no qual se afirma que os Estados Membros reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e atividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística. Na alínea 2 do mesmo artigo declara-se que os Estados Membros respeitam e promovem o direito da criança de participar plenamente na vida cultural e artística e encorajam a organização, em seu benefício, de formas adequadas de ocupação dos tempos livres e de atividades recreativas, artísticas e culturais, em condições de igualdade (Ferrero-Waldner, cit Benita 2004).

1. Projeto destinado a estudantes universitários que, durante uma semana e por um período de 3 anos, fazem voluntariado numa aldeia de Portugal, num lar, num centro de dia, nas escolas ou na catequese, visitando as pessoas, com cariz religioso, que vivem em comunidade, que rezam diariamente o terço e têm missa diária.

2. Comunidades religiosas que trabalha para que as jovens se salvem dos “perigos da cidade”, ajudando-as a enquadrarem-se na universidade e na cidade. Nesta comunidade, fiz parte do grupo de jovens, fiz voluntariado em Lurdes, em Madrid e um ano de discernimento vocacional, com momentos de serviço e oração.

O público-alvo da instituição a nível nacional, tal como indicou a diretora pedagógica, das Aldeias SOS em Portugal, Guida Bernardo, é:

(...) crianças que se confrontaram com o problema da violência conjugal, não havendo uma única situação de orfandade. Também existem casos de abusos sexuais, ou ameaças de morte graves, ficando estas crianças colocadas na Aldeia SOS mais distantes da família. Se, antigamente, as crianças eram deixadas pela família nos estabelecimentos institucionais, sem passar pela segurança social, atualmente há um processo, muitas vezes longo, envolvendo a segurança social e o tribunal de menores. As crianças, por vezes, ingressam na instituição já numa situação limite, em que se necessita de um apoio mais técnico e especializado, requerendo uma resposta com mais exigência. Neste contexto, o educador deve trabalhar em parceria com a mãe social, pois esta possui uma componente técnica e capacidade para apoiar a casa social em momentos difíceis, como uma hora de jantar ou uma negação da ida à escola (Entrevista, Dra. Guida Bernardo, fevereiro de 2018).

Segundo a visão da mãe Ana (nome fictício) da Aldeia SOS de Gulpilhares:

(...) o contacto da criança com a família biológica depende da medida de proteção estipulada. O tribunal de menores e/ou as comissões de proteção de menores decidem qual é a medida a aplicar às crianças que vão para a instituição. Essa medida, ao longo do tempo, vai-se modificando consoante a evolução da criança (Entrevista, Mãe Social Ana, março de 2018).

A Cátia (nome fictício), ex-utente da Aldeia SOS de Gulpilhares, contou-me:

Acho que hoje é tudo diferente, dávamos mais valor a pequenos pormenores, mesmo nas brincadeiras, no respeito pelas mães e noutras relações. Basicamente esta população já vem diferente (Entrevista, Cátia, fevereiro de 2018).

Como qualquer instituição, a Aldeia SOS de Gulpilhares rege-se por documentos que orientam a sua intervenção social, como a *Quality4Childrens*, criada pelas Aldeias SOS juntamente com a *Fédération Internationale des Communautés Educatives e a International Fore Care Organisational*, que buscam melhorar os cuidados parentais providenciados e a desenvolver-se, através das normas de acolhimento fora do lar, o superior interesse da criança (Ferrero-Waldner, cit Benita 2004). Outros documentos orientadores são a Convenção Sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas (1989), os Protocolos Educativos, os Objetivos do Milénio, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Este último assinala que a União Europeia deve promover, proteger e respeitar os direitos das crianças através de políticas internas e externas ajustadas (Ferrero-Waldner, cit Benita, 2004).

As Aldeias SOS têm como finalidade proteger as crianças e jovens em risco, proporcionando-lhes um ambiente motivador, protetor e compreensivo, que as leve a tornarem-se adultos independentes, autossuficientes e ativos na sociedade em que vivem. Para tal, foram criadas várias casas onde cada mãe social é responsável por uma residência individual com um número máximo de 6 crianças, designadas de famílias SOS, que, por sua vez, em conjunto com outras, formam uma Aldeia SOS.

As Aldeias SOS defendem que cada criança deve ter o seu projeto de vida, fortalecendo e

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras apoiando as famílias de origem, ou quando não é possível, integrá-las numa família SOS, onde se criam relações familiares, crescendo num ambiente protegido, com amor, respeito e segurança. Para que tal ocorra, as Aldeias de Crianças SOS em Portugal acompanham as crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, promovendo o desenvolvimento e a autonomia através do acolhimento, prevenção e fortalecimento das suas redes familiares sociais. Atua-se perante as crianças que perderam os cuidados parentais, participa-se na vida comunitária e no desenvolvimento de crianças e jovens mais vulneráveis, fortalece-se e acompanha-se as famílias com maior risco de institucionalização, constroem-se famílias para as crianças vulneráveis e ajuda-se a construir o futuro das crianças e jovens, através da educação, da promoção da autonomia e da integração positiva na sociedade (Associação das Aldeias de Crianças SOS de Portugal, 2016).

Enquanto educadora social e estagiária numa casa de acolhimento residencial, devo respeitar e orientar as minhas intervenções pelo regulamento institucional. Por isso, durante a intervenção, tentei consciencializar-me das decisões da criança, do seu processo de vida, ouvir as suas escolhas e o seu *feedback*, relativo ao projeto institucional. Também preservei os seus sentimentos e experiências, com vista a proporcionar condições de comodidade, segurança, higiene, pleno acesso à educação e à vida comunitária (Carvalho & Salgueiro, 2018).



Figura 1 Estatueta de Homenagem em Espanha ao Fundador das Aldeias SOS

Capítulo I. Caracterização Institucional

1.1.As Aldeias SOS no Mundo

As Aldeias de Crianças SOS no mundo surgiram em 1949, em *Imst*, na Áustria, no período do 2.º pós-guerra, fundadas pelo Dr. *Hermann Gmeiner*, médico austríaco, ele próprio órfão de mãe desde muito pequeno, oriundo de uma modesta família camponesa dos Alpes. Ao observar a grande percentagem de órfãos, maioritariamente crianças e jovens em risco, que vagabundeavam pelas ruas, decidiu ajudar a combater a fome e a pobreza, apoiando as famílias devastadas pela guerra. Na fundação desta instituição, obteve o apoio de senhoras que se disponibilizavam para amar e educar estas crianças (Aldeias SOS, 2018).

Muitas transformações ocorreram desde então. Em relação ao contexto português, a Doutora Cristina Cabeleira, diretora da Aldeia SOS de Gulpilhares, refere algumas das principais alterações:

As Aldeias SOS em Portugal funcionavam somente com o diretor e as respetivas mães sociais. Com o desenrolar do tempo, a instituição passou a funcionar com uma equipa multidisciplinar pedagógica, compreendendo uma assistente social, os educadores sociais, o psicólogo e o psicopedagogo. As tias sociais são as responsáveis pelas casas da aldeia e pelas crianças, durante o tempo de descanso semanal das respetivas mães sociais. Este modelo de instituição fugia ao formato de antigos asilos e orfanatos, com as suas regras exigentes, com estruturas semelhantes a prisões, funcionando em ambientes fechados como colégios internos. Ao invés, a nova instituição proporciona, aos jovens e crianças aí recebidos, um ambiente acolhedor e familiar próximo, em formato de aldeia, composta por diversas casinhas, cada uma com a sua mãe social e as crianças, no máximo 8 por casa, sendo que atualmente o limite máximo são 6. (Entrevista, Doutora Cristina Cabeleiro, fevereiro de 2018).

Desde a sua origem até aos dias de hoje, a instituição Aldeias SOS passou por cinco fases.

1ª fase: 1960 a 1969. A instituição Aldeias SOS expandiu-se por vários países europeus, entre eles, Portugal (1949).

2ª fase: 1970 a 1979. Criou-se uma Academia em Innsbruck, que promoveu a formação e reconhecimento profissional de Mães e Diretores de Aldeia.

3ª fase: 1980 a 1989. Internacionalizou-se o movimento, com a abertura da instituição Aldeias SOS no Extremo Oriente (Coreia), África e América do Sul, acompanhada de

bastante esforço de organização e captação de recursos que permitisse crescimento e sustentabilidade dos novos projetos.

4ª fase: 1990 a 1999. Após a queda do Muro de Berlim, o movimento conhece uma implantação notável em países da Europa oriental (Roménia, Hungria, Bulgária, Ucrânia e mais tarde Rússia) e Ásia central (Cazaquistão, Uzbequistão e Quirguistão). Simultaneamente, procurou reforçar-se a qualidade, dando uma maior atenção às necessidades da criança e ao desenvolvimento organizacional.

5ª fase: 2000 a 2009. A federação redefine a sua missão e promove, como estratégia de intervenção preventiva, o Programa de Fortalecimento Familiar (*FSP – Family Strengthening Program*), como forma complementar do acolhimento em Família (*Family Based Care*), seja numa Aldeia SOS, seja fora desta, apoiando os chamados *Foster Parents* (pais selecionados e formados que acolhem e educam nas suas casas crianças confiadas pelos Serviços de Proteção Social). Todas estas intervenções focaram-se na relação e resiliência no meio familiar e no trabalho centrado na criança e no seu desenvolvimento pessoal e social (*SOS Children's Villages International*, 2018).

A ideia da criação das Aldeias SOS rapidamente espalhou-se por todo o mundo, estando a instituição Aldeias de Crianças SOS presente em 133 países dos 5 continentes, abrangendo no total 73.400 crianças e jovens, nas mais de 500 Aldeias de Crianças SOS espalhadas pelo mundo, ao abrigo de inúmeros programas de assistência a crianças desprotegidas (Aldeias de Crianças SOS e Programas de Fortalecimento Familiar). De facto, em todo o mundo, mais de 1,2 milhões de crianças e adultos, estão a beneficiar de vários serviços prestados (programas de fortalecimento familiar, escolas, centros de formação profissional, centros médicos e atendimentos de emergência) e de reabilitação social e organizacional, imprescindíveis ao seu bem-estar, quer devido a péssimas condições de vida, quer por causa de catástrofes naturais ou problemas de saúde (Aldeias SOS, 2018).

As aldeias SOS existem em muitos países de África e da América do Sul, onde criaram infraestruturas escolares e sanitárias, oficinas de formação profissional, centros de saúde ou centros de vacinação, tanto em benefício das crianças, como das comunidades envolventes. A própria UNICEF (*United Nations Children's Fund*) e a Cruz Vermelha são auxiliadas pela instituição Aldeias SOS, em caso de necessidade de ajuda humana rápida e eficaz, em contextos críticos como o do conflito armado na Síria (Aldeias SOS, 2018).

O modelo pedagógico da instituição Aldeias de Crianças SOS influenciou a Convenção das Nações Unidas de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança com base em 4 fatores essenciais:

1º fator: A mãe social. Esta relaciona-se com toda a criança que lhe é confiada, fornecendo-lhe segurança, amor e a estabilidade que precisa. Como cuidadora de referência, vive junto dos seus “filhos”, orientando o seu desenvolvimento e administrando a sua casa de forma autónoma; reconhece e respeita cada criança, os seus antecedentes familiares, raízes culturais e religião.

2º fator: Não existe a separação dos irmãos biológicos. Meninas e meninos de diferentes idades vivem juntos como irmãos e irmãs, numa mesma casa.

3º fator: A casa. Segurança, privacidade e sentimento de pertença. As crianças crescem e aprendem juntas, compartilhando responsabilidades, alegrias e preparando a sua vida quotidiana.

4º fator: a Aldeia SOS. A Aldeias SOS é composta por algumas famílias SOS, onde prevalece um ambiente solidário, feliz e respeitador. Como explicado na revista *SOS Children's Villages*, “as famílias SOS organizam atividades em conjunto, compartilham experiências e oferecem ajuda mútua” (Helmut Kutin, 2018, pág. 8 e 9).

Cada criança tem direito a amor, respeito e segurança. A instituição Aldeias SOS constitui uma Federação internacional implicada com a promoção da paz e do desenvolvimento, assumindo com determinação e coragem o seu modo único e inovador de trabalhar, comprometendo-se com a sociedade, dando suporte à criança e ajudando-a a desenhar e planear o seu próprio futuro, gerando uma relação centrada na mesma, mas agindo de forma responsável e credível perante os Governos e muitos doadores que a apoiam (Aldeias SOS, 2018).

No ano de 1968 o Dr. *Hermann Gmeiner* faleceu, tendo lhe sucedido *Helmut Kutin*, um ex-residente da 1.ª Aldeia SOS de *Imst*. Em 2012, assumiu a presidência *Siddharta Kaul*, anteriormente presidente da instituição das Aldeias de Crianças SOS da Índia (Aldeia SOS, 2018).³

3 Para mais informações, consultar <https://www.sos-childrensvillages.org>, SOS Kinderdorf Internacional Política e Prevenção à Infância, ou www.aldeias-sos.org.



Figura 2- Mapa Representativo das Aldeias SOS espalhadas por todos os Continentes

1.2. Breve História das Aldeias SOS em Portugal

Em Portugal, a instituição das Aldeias de Crianças SOS surge por vontade de Maria do Céu Mendes Correia e Palmira Cabrita Matias que, após a conclusão dos respetivos cursos universitários, se interessaram pelos problemas sociais que afligiam o país, decidindo criar em Algueirão (Sintra), no princípio dos anos 1960; uma residência de acolhimento de raparigas, intitulado Lar de Nazaré com o objetivo de assegurar a sua saúde e as condições mínimas de vida. Essa instituição acolhia 9 jovens (Aldeias SOS, 2018).

Nessa década, as duas fundadoras tiveram conhecimento do Movimento Internacional das Aldeias de Crianças SOS, o qual estava a dar os seus primeiros passos na Europa. Entusiasmadas com o carácter inovador do modelo pedagógico e cientes da necessidade de o estender a Portugal, solicitaram uma audiência na Áustria, junto do fundador da instituição, Dr. *Hermann Gmeiner*, para conhecer melhor a obra, promovê-la, assegurá-la e providenciá-la através de apoio internacional. O projeto apresentava como inovação a constituição de pequenas famílias SOS, recuperando de forma afetiva as crianças traumatizadas pela dor da separação dos pais, sentindo a atmosfera familiar e o lar onde se encontram como o seu próprio ambiente, em espaços protegidos e apoiados pela instituição Aldeias de Crianças SOS (Aldeias SOS, 2018).

Procurava dar-se às crianças uma segunda oportunidade para fruir uma infância feliz, visto que os seus pais, por motivos diversos, não tinham tido a possibilidade de lhes proporcionar equilíbrio emocional e uma infância estável, desenvolvendo autoconfiança e auto-estima, encetando um percurso de desenvolvimento de competências pessoais e

sociais em segurança, a par do normal percurso educacional nos estabelecimentos de ensino, em que se promove uma integração social positiva, autónoma e bem-sucedida, alicerçada numa educação para os valores e de preparação para o mundo real.

O facto de as fundadoras da criação da Associação Portuguesa poderem estar com o Dr. Herman Gmeiner, na sua viagem à Áustria, contribuiu para encontrarem sócios e divulgadores para a obra (Aldeias SOS, 2018).

Em 25 de março de 1964, Maria do Céu Mendes Correia e Palmira Cabrita Matias viram aprovados os estatutos da instituição das Aldeias de Crianças SOS de Portugal. Este projeto foi pioneiro porque reuniu crianças sob o cuidado, afeto e proteção de uma Mãe SOS, criando um lar familiar, com irmãos e irmãs de sangue que, em circunstâncias normais, seriam separados e entregues ao cuidado de diferentes instituições. Desde esse mesmo ano, a instituição das Aldeias SOS tem procurado apoiar muitas dessas crianças desprotegidas. O modelo de acolhimento preconizado pela instituição Aldeias de Crianças SOS visa o restabelecimento e reforço dos laços familiares, uma valência que ao longo dos tempos tem sido melhorada, aperfeiçoada e reforçada na sua vertente técnica, de reforço das competências parentais e de preparação para a autonomia. Este modelo tem sido reconhecido por eminentes educadores, psicólogos e sociólogos como o mais adequado e eficaz na educação das crianças, permanecendo ainda hoje de grande atualidade para ajudar a criança a ultrapassar os traumas da infância, promover o seu desenvolvimento equilibrado, com vista a uma integração social bem sucedida, assente na promoção de uma cultura social de paz, espírito de iniciativa, solidariedade e responsabilidade (Aldeias SOS, 2018).

Em Portugal, os marcos mais importantes são:

- 1964: a aprovação dos estatutos da instituição das Aldeias de Crianças SOS de Portugal;
- 1975: a criação do Campo de Férias SOS na Quinta dos Cardosos (Aldeia do Meco), através da cessão de parte do terreno da quinta pelo seu proprietário;
- 1980: a inauguração da segunda Aldeia de Crianças SOS em Portugal: Gulpilhares, Vila Nova de Gaia;
- 1986: Inauguração da Terceira Aldeia de Crianças SOS em Portugal, no concelho da Guarda; Ano do Falecimento do Dr. Hermann Gmeiner; Inauguração do Centro Social “Arco-Íris”, em Bicesse, concelho de Cascais;
- 1991: Centro de Formação de Mães SOS; Lar para mães SOS reformadas;

- 2013: Lar de Idosos, Jardim-de-Infância e creche; Início do Programa de Fortalecimento Familiar, no concelho da Guarda;
- 2014: Comemoração do 50.º aniversário das Aldeias de Crianças SOS de Portugal;
- 2017: Comemoração dos 50 Anos da Aldeia de Crianças SOS de Bicesse;
- 2018: Celebração dos 38 anos da Aldeia SOS de Gulpilhares (Aldeias SOS, 2018, pág. 2).

Sobre as transformações da Aldeia SOS de Gulpilhares, a ex-utente Cátia explicou:

A instituição não sofreu grandes mudanças; a nível físico mantém-se. Nós antigamente tínhamos atividades, pertencíamos a atividades ao fim de semana. Na altura do Natal havia muitas atividades. Ao sábado de manhã, fazíamos a limpeza da instituição. Ao nível da equipa, só houve educadores a partir do animador sócio cultural Nuno Oliveira (a partir de 2008). Naquela altura aprendemos muito. É muito importante existirem projetos de educação não formal, mas as crianças e jovens têm de estar motivados. Atualmente estão na fase da eletrónica. Esta geração é completamente diferente, pois a casa diminuiu o número de pessoas, mudou a equipa, acrescentou coisas, como a presença de educadores sociais na instituição. Antigamente, entrava-se até aos 10 anos. Atualmente, entram muito mais tarde, muitas vezes entram aqui adolescentes já com muitos vícios, falta de condições e maus tratos, nomeadamente, miúdos na idade crítica da adolescência, para quem ter de cumprir regras e participar nas atividades é complexo e de evitar. Eu ingressei na Aldeia SOS de Gulpilhares com 4 anos, muito diferente de quem entra com 12, 13 ou 14 anos, tendo consequências a nível do cumprimento de normas e regulamentos institucionais (Entrevista, Cátia, fevereiro, 2018).

A instituição diminuiu o seu número de 65 para 27 crianças por se acreditar que a educação deve ser realizada individualmente, tal como é referido na obra de Winnicott, na teoria de vinculação.

Manuel Matias, chefe de marketing das Aldeias SOS de Portugal, relatou-nos que o Dr. *Herman Gmeinner* acreditava que a aldeia poderia ser criada com a ajuda de benfeitores, se cada um desse um denário para a mesma. Assim, conseguiu que lhe doassem um terreno, pagassem as obras, criando a primeira aldeia em *Imst*. A título de exemplo, na Aldeia SOS de Gulpilhares, as diferentes casas foram construídas com o apoio de várias empresas, nomeadamente a casa *Rotary*, a casa Monte Branco e a Casa *Swicher* (Manuel Matias, 2018).

Hoje em dia, a obra expandiu-se e, em Portugal há, nas Aldeias SOS em Bicesse, Guarda e Gulpilhares e nos Lares de Autonomia de Rio Maior e Alcântara/Lisboa, cerca de 125 crianças.

A instituição Aldeias SOS é uma organização internacional que respeita a identidade religiosa e cultural dos povos. Estas crianças são educadas segundo a religião e cultura

dominantes de cada país. A título de exemplo, pudemos ouvir de Nuno Oliveira, educador social, que, em 2008, ao domingo, tinha obrigatoriamente de acompanhar as crianças à missa.

Atualmente, a diretora pedagógica da Aldeia SOS indica-nos:

O principal objetivo é que as crianças institucionalizadas se encontrem bem integradas e possuam um projeto de vida, planificado com elas, com um real presente e futuro. A instituição procura organizar o trabalho de equipa, garantir o fluir da informação, a comunicação de cada menor chegue ao seu educador de referência. Tal funcionamento envolve muito diálogo com as crianças, integração na escola e nos tempos livres, grupo de amigos e outros grupos, a fim de trabalhar, de forma ecológica, a dimensão da pessoa. Procura-se também estabelecer uma eficaz relação entre família, tempo social, bem-estar das crianças, bem-estar psicossocial, com um projeto de vida bem planeado e ampla autonomia, capaz de abarcar as diferentes formas de vida (Entrevista, Doutora Cristina Cabeleira, maio de 2018).



Figura 3-Doutoras: Maria do Céu Mendes Correia e Palmira Cabrita Matias

1.3.Caracterização da Aldeia SOS de Gulpilhares

A aldeia SOS de Gulpilhares localiza-se no concelho de Gulpilhares, no distrito do Porto e nela trabalham: o secretário-geral, a diretora, os coordenadores de programa, o serviço administrativo, os educadores sociais, a psicopedagoga, o psicólogo, a assistente social, a motorista, 4 mães sociais e 3 tias sociais.

Ao nível da organização espacial, a Aldeia SOS de Gulpilhares possui uma área de donativos, um espaço ao ar livre para estacionar os carros, onde costumam ficar as carrinhas da instituição, uma área com material da aldeia, uma casa comunitária, um

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras parque infantil, um campo de futebol, uma horta, um galinheiro, um cote com madeiras, um local para churrascos e uma piscina que está inativa. A Aldeia, no ano letivo transacto, tinha como animais de estimação: galinhas, um casal de ovelhas e dois coelhos.

As crianças vivem em grupos de seis⁵. Inseridas numa família SOS, vivendo de modo independente, dentro de uma das casas da Aldeia.

Durante os meses de outubro de 2017 a janeiro de 2018, altura em que fui estagiária da Aldeia SOS de Gulpilhares, existiam 31 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 2 e os 21 anos, com 4 mães sociais: Ana, Rita, Marta e Catarina (nomes fictícios) e um lar de jovens em fase de autonomia. Durante o ano letivo 2017/2018, 4 crianças, irmãos biológicos, regressaram à família biológica e 1 criança foi adotada por uma das mães sociais, a qual decidiu deixar esta profissão, mas querendo ficar próxima das crianças com quem tinha mais contato diariamente, adotou- as.

Na minha vivência de estágio, verifiquei que a aldeia acorda bastante cedo, para prepararem os utentes para irem para a escola. Como explica a mãe social Ana:

Após o despertar, onde as crianças acordam com o auxílio das mães sociais, os utentes mais velhos vão de autocarro para a escola e os mais pequenos vão para a escola na carrinha institucional, juntamente com a motorista da instituição. Existem crianças que não vão à escola porque a instituição permite devido aos problemas das crianças, ou porque foram suspensos por alguns dias da mesma. Durante o estágio curricular pude verificar que faziam serviços na aldeia ou comigo, atividades no âmbito da educação não formal, orientadas pelo educador social (Entrevista, Mãe Social Ana, março de 2018).

No final das aulas, os utentes regressam à instituição, realizam os trabalhos de casa e usufruem do seu tempo livre. Nos tempos livres, algumas crianças realizam atividades no futebol, nos bombeiros, no coro, na dança e noutras atividades.⁶

Ao fim de semana, algumas crianças visitam as famílias autorizadas pelo tribunal, vão a casa, e existem atividades programadas pela equipa, integradas no plano anual de atividades, intitulado ÉPOCA e no qual, enquanto estagiária, realizei atividades ao fim de semana com as crianças.



Figura 4- Vista da Casa Comunitária da Aldeia SOS de Gulpilhares e de Algumas das Casas DAS Famílias SOS

5.Segundo o pressuposto de que cada criança realiza outra atividade, ou desporto do seu interesse, consoante e de acordo com as respostas sociais que os educadores encontram.

Capítulo II. Institucionalização e Leis

2.1.Crianças Institucionalizadas

Na época da Mesopotâmia, Kori era considerada a deusa protetora das crianças. Na Antiguidade Clássica, foram criadas instituições para suavizar o tratamento cruel e acolher as crianças abandonadas (Jô, Janstch R. Kori, 2012).

Com o passar dos séculos, procurou acabar-se com a realidade de crianças a viverem nas ruas, em precárias condições de sobrevivência. Durante a Primeira República, em Portugal, foram criados asilos, escolas, creches, cantinas, associações, lactários, orfanatos, refúgios, casas de trabalho, recolhimentos, maternidades e albergues, entre muitas outras entidades. Nesta época, existiram relativos esforços ao nível da proteção à infância, em simultâneo com o esforço de interação entre o Estado e a iniciativa privada (Caldeira, 1940).

Na Primeira República, o estado português focou-se no enquadramento legal da assistência, da sanidade, da higiene corporal, do sistema médico-preventivo, da literacia e das práticas profissionalizantes, sendo esta área vista como atitude filantrópica. Tratava-se em simultâneo de apoiar as mulheres, de as ensinar a tratar da sua higiene e, por conseguinte, da higiene dos seus filhos (Idem).

A assistência infantil e juvenil em toda a segunda metade do século XIX e no primeiro terço do século XX, deveu-se essencialmente a três grandes entidades: o Estado, a Igreja Católica e os organismos correlacionados, bem como a Maçonaria, quer como Obediência, quer através de oficinas, centros e escolas (Idem).

Outro acontecimento relevante da Primeira República foi o acompanhamento das mães. De modo a prevenir o aborto e o nascimento de crianças com deficiência. Realizava-se o descanso maternal antes do parto, ensinava-se às mulheres grávidas as normas de higiene e foram criadas enfermarias para as parturientes. (Idem). Um exemplo de enfermaria para as parturientes foi a Maternidade Alfredo da Costa (1931-1933), a qual contrastou com os hospitais anteriores, que eram precários, possuíam salas de parto inadequadas e profissionais sem formação (Oliveira, 2015).

Ao nível da Tutoria da Infância existiam a assistência, a educação e a justiça. A responsabilidade da tutoria era guardar, defender e proteger as crianças, sob a divisa educação e trabalho, os menores desamparados, delinquentes ou em perigo moral.

Quanto aos pais, a tutoria decidia se os devia mandar em paz, afiançá-los, detê-los, ou apresentá-los a tribunal criminal e com os filhos. Sempre que necessário, a tutoria podia proceder à suspensão imediata do poder paternal ou tutelar relativamente aos filhos (Caldeira, 1940).

Após o nascimento, a criança precisava do leite materno para sobreviver. Para o assegurar, foram criados lactários onde se pesavam as crianças, efetuavam consultas pediátricas, vacinações, banhos e distribuição de enxovais. Nos lactários, os pais eram ensinados a educar sanitariamente e assistir médica e alimentar as suas crianças (Oliveira, 2015).

Durante o século XX, a Declaração de Genebra (1924) reconheceu a criança como sujeito de direitos e não como um mero “homúnculo”, apoiando as crianças antes vítimas de infanticídio e abandono. (Fernandes, 2005: pág.10). No tempo da Primeira República, a institucionalização era feita sem o reconhecimento da família ou entidade que abandonava a criança, através da utilização do sistema da “roda dos expostos”⁷.

A partir da Primeira República, a institucionalização passou de caritativa a filantrópica, pública e particular, deixando de ser considerada como um lugar pejorativo, no qual as crianças eram colocadas sem qualquer tipo de instrução, higiene, eletricidade, alimentação, etc. A assistência relacionada com a religião negava a dignidade humana, em prejuízo do verdadeiro indigente. Com o esforço da sociedade ao nível social, os pobres eram apetrechados de ferramentas que os tornavam cidadãos íntegros, sendo que com o advento do liberalismo, a igreja deixa de estar envolvida nestes assuntos. Pretendia-se que a assistência se baseasse então na educação e na justiça. Os organismos sociais que mais proporcionavam ajudas materiais à assistência privada eram o Governo Civil de Lisboa, a Câmara Municipal, o Fundo de Assistência Nacional e o Instituto de Seguros Obrigatórios. A nível cultural era necessário educar e esclarecer as populações sobre as crianças que possuíam os pais ausentes e sobre as doenças que na altura eram consideradas castigo de Deus, como a sífilis (Caldeira, 1940).

7.Mecanismo que servia para abandonar recém-nascidos que ficavam ao cuidado de instituições de caridade. O mecanismo, em forma de tambor ou portinhola giratória, embutido numa parede, era construído de tal forma que aquele que expunha a criança não era visto por quem a recebia.

Na atualidade, já existem meios que se assemelham ao conceito familiar, menos institucional, tal como preconizava o Dr. *Hermann Gmeiner*, fundador da Aldeia SOS (1947), criando um modelo pioneiro no qual as crianças encontram um ambiente semelhante ao de uma família, longe de estruturas rígidas e colegiais de outrora. (Aldeias SOS, 2018)

A criança é institucionalizada quando a família nuclear falha com o dever de responsabilidade parental e não existem outras possibilidades na família, numa visão mais alargada, para a acolher. Deste modo, é da responsabilidade do Tribunal de Família e Menores escolher a medida de proteção e promoção mais adequada para cada caso e a segurança social deve acompanhar o processo, de modo a resolver situações de vulnerabilidade em que a criança se encontre.

Algumas das principais causas de risco são: “famílias caóticas, graves carências socio-económicas, perturbações psíquicas parentais, abuso sexual”. (Mendes & Santos, 2014: pág.20).

Qualquer motivo dos acima referidos pode fazer com que a criança ou o jovem em perigo se torne instável, desatento, com insucesso escolar, agressivo, impulsivo, frustrado, com perturbações alimentares, etc. Não nos podemos esquecer que todo o jovem ou criança institucionalizada tem o direito à convivência familiar e comunitária. (Mendes & Santos, 2014)

A criança goza de três tipos de direitos: os direitos de provisão baseados nos direitos sociais da criança, os direitos de proteção relativamente a situações de vulnerabilidade às quais estavam anteriormente expostas, e os direitos de participação baseados na institucionalização e nas regras da instituição. Na perspetiva da obra *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo* (2014), existem três subsistemas de atividades de institucionalização: os que dão resposta às necessidades físicas dos utentes como alimentação, higiene e cuidados de saúde; os que respondem às necessidades de autonomia e independência dos utentes; e os que fornecem apoio psicológico aos mesmos.

Ao mesmo tempo, na institucionalização é necessário ter em conta alguns elementos chave:

“Promover limites e fronteiras apropriadas dentro das quais se possam expressar emoções fortes e sentimentos, sem que a situação fique fora do controlo; fornecer um elemento de dádiva e tolerância nas relações interpessoais para que as pessoas se sintam genuinamente cuidadas e olhadas.” (Mendes & Santos, 2014: pág.20).

O sistema de proteção de crianças e jovens em Portugal fundamenta-se no Manual de Boas Práticas (2014) e nos princípios consagrados em documentos, leis, declarações nacionais e internacionais. Os objetivos das casas de acolhimento são claros: transformação interna da criança, modelo reparador, intervenção securizante e acompanhamento personalizado. Os princípios do acolhimento, segundo o Manual de Boas Práticas, são: dignidade, respeito, individualidade, autonomia, capacidade de escolher, privacidade, intimidade, confidencialidade, igualdade, equidade e participação. (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social, 2003)

Atualmente, entende-se que o acolhimento residencial é uma situação transitória, que se centra na construção do projeto de vida com a criança e com o jovem, com percursos traumáticos e expostos às mais graves situações de perigo e vulnerabilidade social, tendo em vista a sua futura autonomia e reintegração social e familiar. Na casa de acolhimento deve garantir-se a segurança, a saúde, a formação, a educação, isto é, o desenvolvimento integral das crianças e jovens, bem como assegurar a recuperação física e psicológica dos seus utentes. (Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social, 2003)

Em Portugal, segundo Maria Carvalho (2010, *apud* Casa Pia de Lisboa 2017), as Casas de Acolhimento são compostas por uma equipa técnica de constituição pluridisciplinar, com técnicos da área social e da psicologia; uma equipa educativa com colaboradores com formação específica para as funções de acompanhamento socioeducativo das crianças e jovens, bem como por uma equipa de apoio com colaboradores para a prestação de serviços gerais de natureza diversa.

De acordo com o **Relatório de caracterização** anual da situação de acolhimento das crianças e jovens, 8.175 crianças e jovens encontram-se em situação de acolhimento residencial em Portugal. As principais causas que motivam o acolhimento em Portugal são a negligência parental (60%), exposição a modelos parentais desviantes (35%) e negligência dos cuidados de educação e saúde (32%). (Casa Pia de Lisboa, 2017)

2.2. Evolução das Leis e Instituições

Relata-se que o Imperador Constantino criou a primeira lei contra o Infanticídio (Lei n.º 230/IX), onde se reconhecia os direitos da criança com vista a reduzir o número de infanticídios.

Já no século XX, em 1959, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), reunida em 20 de novembro, identificou que o desenvolvimento da criança não é só da responsabilidade dos pais, mas também do Estado. No ano de 1986, foi publicada a lei base do sistema educativo e, no dia 20 de novembro de 1989, a ONU aprovou a “Convenção dos Direitos da Criança”, ratificada por Portugal, na qual se garante o direito das crianças vulneráveis às necessidades básicas e a uma vida ativa, digna e participativa. Assim, Portugal como membro da ONU, no ano de 1989, criou a Comissão de Proteção de Menores. Também é retratada a responsabilidade parental, o cumprimento de deveres face ao desenvolvimento da criança, a necessidade de cuidados e atenção, principalmente de cuidados primários e de proteção familiar. (Edições Almedina, 2018).

Posteriormente, em 1991, surgem as Comissões de Proteção de Menores (incorporadas mais tarde na regulamentação da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), que previam dois modelos: o primeiro, realizado por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e pelos serviços locais de acção social; o segundo, executado pela intervenção judicial, pelo Ministério Público, pelos tribunais e pelos Centros Educativos da Direcção Geral de Reinserção Social e Política.

No ano seguinte, em 1992, é aprovado o Decreto-Lei que prevê o acolhimento familiar, onde a segurança social tinha a finalidade de assegurar à criança ou jovem a integração no seu meio sociofamiliar. Este diploma sofreu alterações e, em 1999, é aprovada a Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, onde são enquadrados os direitos da criança de modo a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Neste mesmo ano, ocorreu a reforma do Direito dos Menores, que veio destacar a intervenção do Estado perante a situação das crianças em risco, bem como a Convenção dos Direitos da Criança da UNICEF.

No ano de 1998, é criada a Lei n.º 75/98, de 4 de janeiro, que defendia a criação do Programa para a Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil, que prevenisse o abandono escolar, e combatesse a exploração económica das crianças em prol da sua reinserção escolar e social.

Em 2001, surge a atual Lei Orgânica do Instituto de Reinserção Social, que veio abranger a criminalidade juvenil e delineou um projeto de reinserção social destes jovens,

baseado no cumprimento de deveres sociais, de escolarização e de realização profissional. No ano de 2004, ocorre a reforma do sistema jurídico de proteção das crianças, com a separação jurídica das crianças vítimas de negligência ou maus-tratos.

Segundo o enquadramento legal da instituição para crianças e jovens, a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14 de setembro), alterou a intervenção judiciária dos menores de 18 anos, fazendo a distinção entre situações de menores que necessitam de intervenção protetora do Estado e aquelas em que a intervenção se justifica à luz do propósito tutelar educativo.

Em 2003, foi criada a Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, que vinha tornar o processo de adoção mais ágil e proibir os castigos corporais às crianças, através da revisão do Código Penal, que expressamente consagrava, pela primeira vez, no seu artigo 152.º, esta medida de proteção das crianças, na Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro.

Em Portugal, a criança está protegida pela Convenção da ONU de 13 de dezembro de 2006, que retrata os seus direitos. Em 2008, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro, o qual tinha como finalidade promover e proteger as crianças e jovens.

Segundo a alteração promovida pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro, a criança com menos de seis anos deixa de poder ser institucionalizada e o acompanhamento passa a ser feito por famílias de acolhimento. A Lei n.º 23/2017, de 23 de maio, vem estipular que a criança pode regressar à família biológica, pode ser adotada ou pode permanecer na instituição até perfazer 18 anos, sendo que, perante o atual quadro legal e com a 3.ª alteração à Lei n.º 147/99, é possível a institucionalização até aos 25 anos, caso o próprio a requeira.

Como podemos verificar pelo Manual da *International Federation of Social Workers*, o serviço social orienta-se pela Convenção dos Direitos da Criança, pela não discriminação, pelo superior interesse da criança, pelo direito à sobrevivência e ao desenvolvimento e pelo respeito pela opinião da criança. (Nigel, Hall, 2013). Seguidamente, integrou-se a noção de agência da criança, conforme as pedagogias participativas, nas quais a criança é protagonista da sua própria aprendizagem, do seu próprio desenvolvimento e da sua própria construção do conhecimento (Figueiredo, 2018).

Em Portugal, existem diferentes tipos de resposta ao acolhimento: o Lar de Infância e Juventude, o Centro de Acolhimento Temporário, a Família de Acolhimento, os

Centros de Apoio à Vida, o Apartamento/Lar Autonomização, o Lar Residencial, a Unidade de Emergência, a Comunidade Terapêutica, o Lar de Apoio, o Colégio de Ensino Especial e a Comunidade de Inserção, entre outros.

Ao longo da História, existiram outras entidades relevantes, como o Instituto de Apoio à Criança que surgiu em 14 de março de 1983, sendo registado a 1 de abril de 1992 e reconhecido o superior interesse social dos seus fins a 9 de novembro de 1998. Outra entidade relevante é a Fundação Gulbenkian, a qual, desde 2012, tem elaborado um conjunto de iniciativas, no quadro do acolhimento da população infantil e jovem, ao abrigo do sistema de promoção e proteção, de modo a autonomizar os seus jovens, prepará-los para a vida após o acolhimento, desenvolver as suas competências pessoais e sociais e regular emocionalmente os jovens retirados das suas famílias (Casa Pia de Lisboa, 2017).

Segundo a última palestra sobre o acolhimento residencial de crianças e jovens, na Fundação Gulbenkian, no ano letivo transato, pretendia-se que existisse uma mudança de paradigma, nas casas de acolhimento, da qual a família faça parte da institucionalização da criança ou do jovem em perigo; promove-se a união dos irmãos biológicos e evitar a todo o custo a retirada da criança do seu meio familiar. Estes jovens precisam de uma intervenção individualizada, precisam de tempo, disponibilidade e competência técnica. O problema dos adolescentes é particularmente grave e a intervenção deve ser especializada e terapêutica. Não é viável ter auxiliares e equipas muito reduzidas a interagir com adolescentes em risco. Quando os mesmos chegam às instituições com 16 anos, já trazem consigo uma história muito prolongada de abandono e de maus tratos. À medida que foram crescendo, com o desamparo, eles próprios passaram de vítimas a agressores e vitimadores (Lote, & Salgueiro, 2018).



Figura 5- Logótipo da Instituição de Apoio À Criança

Capítulo III. Enquadramento Teórico

3.1. Noção de Criança e Infância no Mundo e em Portugal

Nos séculos XVII e XVIII, só se considerava a infância nos grupos sociais da aristocracia e da burguesia. Assim sendo, o século XIX ficou marcado pela ausência de direitos das crianças. Na década de 80, em plena revolução industrial, as crianças, a partir dos 7 ou 8 anos, já trabalhavam (Brancher, 2018).

De facto, foram muito diversas as concepções sobre a criança ao longo dos tempos. Aristóteles definia a criança imanente: a sua mente era observada como um quadro em branco e onde as experiências eram gravadas através dos sentidos. Thomas Hobbe (1588-1679) definia a criança má, associando-a ao pecado original e, por sua vez, à maldade, corrupção e infâmia. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) avançava com a definição de criança inocente: ser puro e inocente, incompleto e irracional, de acordo com o qual, os meninos deveriam ser educados para a vida pública e as meninas para a vida privada. Freud (1856-1939) veio defender a ideia de criança inconsciente, defendendo que a criança não era tábua rasa e para provar o seu desenvolvimento criou a teoria do desenvolvimento psicossexual. Piaget (1896 e 1990) apresentou a concepção de criança naturalmente desenvolvida, visto que a considerava um ser natural, universal e condicional, classificava-a conforme a sua idade e a sua capacidade de interação com os outros e o mundo. (Ramos, 2013) Por fim, Winnicott (1979 a 1983) mostra a criança individualizada no seu processo de maturação, pois a mesma adquire uma autoconsciência pessoal, relacionando-se com o ambiente, em que toma parte na manutenção e recriação do mesmo (Winnicott, 2017).

Rousseau, no século XVIII, veio afirmar que as crianças não poderiam ser mais observadas como homúnculos, mas como um ser com ideias, vestimentas e características próprias. Rousseau considerava que se deveriam valorizar as necessidades espontâneas das crianças e os processos livres de crescimento (Monteiro, 2006).

Condorcet (1873) verifica que a criança deixou de ser mão-de-obra e fonte de riqueza, passando a ser fonte de investimento e responsável por uma construção social futura (Brancher, 2018).

Numa fase inicial, considerou-se que a infância se situava entre os 0 e os 7 anos, período em que a criança necessitava de cuidados especiais de alimentação e proteção. Com o tempo, esta fase foi alargada, passando a ser considerada um período de aprendizagem e escolarização, surgia a educação pré-escolar e a escolarização tornar-se-ia obrigatória e universal (Alarcão, Isabel, 2008).

Em 1913, surgiu a Associação Internacional para a Proteção da Infância. Em 1919, foi criado, pela Sociedade das Nações, o Comité de Proteção da Infância. E em 1921, nasceu a Associação Internacional para a Proteção à Infância. Em Portugal, as primeiras políticas educativas surgiram após o golpe militar de 1926 (Oliveira, 2015).

A escola no Salazarismo, na sua primeira fase, defendia como valores tradicionais "Deus, Pátria e Família". A instrução era feita em turmas separadas e com anos de instrução diferentes, as raparigas tinham 3 anos de ensino e os rapazes 4 anos. Esta instrução era feita de modo a alfabetizar as populações, ensinando-as a ler, escrever e contar. Só 2% da população prosseguia os estudos. (Silva, 2016). De acordo com Ronaldo Silva (2016), após o 25 de Abril a escolarização sofreu alterações ao nível do setor público. O tempo de escolarização alargou-se, passando de uma escolarização elitista para uma massificação da igualdade de oportunidade e de acesso ao sistema de ensino. Conforme nos indica Oliveira (2009) *apud* Silva (2016), a democratização do ensino trouxe a escolaridade obrigatória, declarada por lei através do Decreto-Lei n.º 46/86, com obrigatoriedade até ao 9.º ano. Atualmente a escolaridade obrigatória vai até ao 12.º ano. A democratização ocorre segundo o suporte da instituição escolar e dos seus atores (agentes de ensino, alunos e família), de condições económicas, de competência profissional e de motivação. A escola, atualmente, deve fomentar a igualdade de direitos e a cultura de promoção dos valores democráticos. (Silva, 2016).

Segundo Gabriela Bento (2008), Ellen Key declarou o século XX como o "Século das Crianças", devido ao facto de ser reconhecida a infância como objeto de legislação específica, e das crianças, como sujeitos de direitos. Exemplo disso foi, no plano internacional, a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, da Convenção sobre os Direitos da Criança. (Portugal, 2015).

Atualmente, segundo Maria do Céu Roldão (2008), as crianças, no entendimento alargado de infância que a Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU, em 1989, e ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990, lhe atribui, ocupam o

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras
lugar central das preocupações de qualquer sociedade que se pensa e se quer
orientar numa linha de bem-estar, justiça e desenvolvimento. (Afonso et al, 2018).

Nos dias atuais, as crianças possuem agendas lotadas de compromissos, são excessivamente expostas nos seus tempos livres à televisão e os pais estão cada vez mais ausentes devida à exigência laboral. Por outro lado, as prendas excessivas, a erotização da infância, e a cultura de consumo da qual se rodeia, são hoje o pano de fundo para o desenvolvimento das crianças. Para Manuel Jacinto Sarmento (2008), a criança encontra-se em risco numa sociedade, que em parte não a respeita, mas que nela deposita a esperança do desenvolvimento e progresso social. A infância não é uma nem redutível a uma representação tipificada. Ela assume diversas faces, exatamente de acordo com os contextos e os indivíduos, com seus recursos e culturas, bem como as representações e as interações disponíveis ou intencionalmente oferecidas em cada situação social, cultural, familiar particular. (Sarmento, 2008).



Figura 6- Imagens de Crianças Acolhidas no Século XIX

3.2. A Ludicidade e o Jogo para as Crianças

A atividade lúdica é reconhecida como prática humana, sem condicionantes de idade, gênero e condição social. Através do jogo as crianças aprendem sobre si, sobre o outro, interiorizam normas de conduta social, aprendendo assim a controlar os seus impulsos, a lidar com frustrações e imprevistos.

Nas palavras de uma mãe social, co-autora do projeto Crescer a Brincar:

“A ludicidade é crucial para o bom desenvolvimento das crianças, visto que é ao brincar que as mesmas aprendem e tiram cá para fora tudo o que de mais triste possuem. Com a atividade lúdica crescem, aprendem, interagem e são essencialmente crianças.” (Mãe Social Rita, janeiro de 2018)

Na perspectiva de Silva (2011), o domínio lúdico baseia-se nos espaços onde a criança desenvolve a sociabilidade, locais onde estabelece relações com os outros e adquire a autonomia da mobilidade, aprende a ser livre ao brincar, através da utilização de materiais que ativam cenários e situações lúdicas, inventando brincadeiras, gerando-se assim um património lúdico para e entre crianças.

Atualmente, segundo Brogére (2002) *apud* Antunes (2002), a extensão lúdica remete para novas modalidades de vida, com o envolvimento dos adultos na cultura do lazer, e a comunicação de uma indústria do jogo, com consequências e efeitos pouco previsíveis.

A ludicidade permite a estimulação da criatividade; a aquisição de competências sociais e de funções cognitivas; diferenciar jogar e brincar; aprender a lidar com o tempo, gozando tempos livres e outros orientados através da realização de atividades práticas e interessantes. A ludicidade permite também a partilha de experiências e objetos, ensina as crianças a gerirem conflitos e promove o auto e hetero conhecimento. Segundo a diretora pedagógica das Aldeias SOS em Portugal, ao nível cognitivo, a ludicidade promove o raciocínio lógico; ao nível da socialização, fomenta a interação com outras pessoas, o que se traduz no desenvolvimento de competências sociais. Também ao nível psicossomático da expressão e uso da musculatura, a ludicidade é positiva, tal como em termos emocionais da criação e interpretação de ações.

De acordo com Silva, o *homo ludens*, ou neste caso, a criança, deve ser vista como um experiente jogador, um dominador de regras, jeitos, interações grupais, destrezas

individuais, sendo um amigo da natureza, pois este fator levará à formação de um cidadão íntegro. (Silva, 2011).

Segundo Becker & Winsler (2006, apud, Silva 2011) as crianças fazem as suas melhores aprendizagens quando estão ativamente implicadas num problema, especialmente em conjunto com as outras pessoas. (Silva, 2011).

Na perspetiva de Filipe Reis (1991), o jogo infantil é fulcral para o desenvolvimento da criança. O seu comportamento é modelado, tanto pelo espaço, como pelo tempo e a sua integração na sociedade depende do significado social que os adultos conferem às suas ações. Na perspetiva de Jean Chateau (1975) o jogo é uma atividade lúdica, na qual a criança adivinha e aumenta as suas condutas superiores, sendo que funciona como trabalho e ideal de vida, pois leva a mesma a refletir, o que fará com que se torne um adulto consciente. Para Gilberto Velho (1994), os adultos que trabalham com o primeiro ciclo, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, devem mediar o equilíbrio entre a proteção, a interdependência e a autonomia, para que as crianças participem ativamente e corporativamente nos diversos jogos e brincadeiras. Segundo Kishimoto (2002), os jogos possuem valor experimental, estrutural, relacional e lúdico.

De acordo com Lopes (2004), a ludicidade concretiza-se através da imaginação, da originalidade e da criatividade, que são dinamizadas pela metacomunicação dos protagonistas construída pelos significados advindos dos comportamentos das crianças, que devem intervir no mundo das realidades simbólicas e não ficcionadas. A ludicidade tem três grandes dimensões: a dimensão da condição do ser humano, a dimensão das suas manifestações e a dimensão dos seus efeitos. Ao estudar ludicidade, devemos observar o jogo, o brincar, o recrear, o lazer e a construção de artefactos de ludicidade.

Conforme defende Silva (2011), o jogo é a forma da criança se auto-afirmar, conhecer a realidade do mundo, descobrir os limites da sua vida e da convivência social, compreender as suas limitações, aprender a superar-se, adquirir a distinção entre ganhar e perder e notar que a derrota não é uma fatalidade. Através do jogo, a criança forma o seu leque de amizades, adquire novas competências sociais e pessoais, aprende as regras de forma saudável na convivência e cooperação entre si, e cultiva padrões de auto-estima que lhe serão úteis para toda a vida.

O jogo é crucial nos tempos livres das crianças, tal como Carlos Neto (2018) afirma, visto que desenvolve nelas o espírito de equipa, de grupo, de interajuda, de

concentração, a mobilização dos membros inferiores e o respeito pelo outro. O adulto auxilia nos aspetos cognitivo e afetivo.

Segundo Jean Piaget, grande pedagogo do século XIX, (apud, Chateau, 1975), o jogo ou a atividade lúdica é uma maneira de representar a ação, na medida em que evolui da sua forma inicial de exercício sensório-motor para jogo simbólico ou jogo de imaginação.

Quando abordamos a questão do jogo, deparamo-nos com a sua influência determinante na socialização da criança. De facto, para se jogar é necessário cumprir regras e utilizar a imaginação simbólica adequada aos dados da realidade. A criança, através do brincar, representa as suas vivências, implicando a obediência a regras coletivas. Segundo este autor, sempre que estamos num momento de imitação ou em plena atividade lúdica, a criança desempenha uma função formativa de “significante” em relação às significações adaptadas ou lúdicas.

Através da atividade lúdica, a criança constrói símbolos com múltiplas funções, processo no qual podemos verificar os problemas pelos quais a mesma está a passar.

Segundo Ch. Buhler (1960, apud, Chateau, 1975), os jogos infantis são classificados como jogos funcionais (sensórios-motores), jogos de ficção ou de ilusão, jogos recetivos, jogos de construção e jogos coletivos distinguíveis pelas regras de jogo. O jogo com regras supõe necessariamente relações sociais ou interindividuais, visto que quando existe uma violação ocorre uma falta, ou seja, através deste tipo de atividades as crianças aprendem a estar em sociedade e a respeitarem-se mutuamente.

De acordo com Carlos Neto (2018) o jogo pode explicar-se das seguintes formas:

Ao nível da estrutura mental, o jogo possui exercício, símbolo e regras. Este tipo de jogo é desenvolvido durante toda a vida, promovendo a socialização através de regras transmitidas pelos outros bem como por regras espontâneas, tendo assim o indivíduo capacidade para resolver situações e para, de uma forma saudável, aprender a viver em sociedade. Consideramos “jogo de regras” todos os jogos de combinações sensório-motor (corridas, jogos de bolas, jogos tradicionais, Capoeira), ou intelectuais (cartas, xadrez, “a brincar e a rir o bullying vamos prevenir”, jogos de socorrismo, jogos musicais). O jogo é um modelo eficaz, pois permite que a criança tenha prazer ao praticá-lo, ao invés da atividade séria que pode não ser agradável. De acordo com Carlos Neto (2018), o jogo exploratório é extremamente importante, coisas que eles queiram descobrir e explorar, porque a curiosidade aqui até é algo muito presente e nós precisamos de pessoas curiosas, nós precisamos de pessoas questionadoras, nós precisamos de pessoas criativas (Entrevista, Carlos Neto, abril de 2018).

A forma da criança estar perante o jogo é maioritariamente reconhecida como atividade lúdica, que varia conforme o seu desenvolvimento, através das relações e interações que estabelece com as restantes pessoas. A parte lúdica contribui para o desenvolvimento humano, visto que possui uma dinâmica interna do sujeito que se sente, que vivencia uma experiência plena, que se manifesta numa realidade objetiva materializada em atividade ou ação cultural. (Château, 1975)

Para Carlos Neto, o jogo é a forma como a criança se estrutura mentalmente e aprende a conhecer o seu corpo. Durante todo o processo de aprendizagem, a criança deve utilizar o seu próprio corpo no seu completo desenvolvimento, na transmissão e compreensão da realidade social, visto que, através da assimilação lúdica, compreende as exigências da reciprocidade social. Segundo este docente (2018), as crianças, atualmente, são seres digitais. Aliás, em 1940, verificamos um declínio no brincar livre, resultando, em consequência dessa alteração, a ansiedade, a destruição e a mudança do ponto de vista cognitivo. De facto, as crianças e jovens adquirem maior conhecimento do mundo que os rodeia, mas tornam-se seres mais sedentários fisicamente, manifestando-se um grande nível de doenças civilizacionais, tais como a obesidade, doenças cardíacas e pneumológicas. Segundo este mesmo entrevistado, 70% dos portugueses brincam menos que uma hora por dia, nos quais 57% das crianças possuem défice de competências, necessidades biológicas e sociais.

Tal como verificado numa formação sobre a ludoterapia, as crianças com dificuldades de aprendizagem, ou alterações de comportamento, devem realizar sessões de ludoterapia. Nesta formação compreendi a importância do *faz-de-conta* e do desenho livre para reparar os traumas das crianças da instituição. A ludoterapia tem como finalidade desenvolver diferentes habilidades na criança, levá-las à construção da resiliência, ao fomento de interações sociais mais eficazes e a fazer com que a criança saiba esperar pela sua vez, interaja com a organização onde está inserida, respeite as regras e normas de comportamento, aprenda a diferenciar a vitória da perda. Mas também que a criança possua entusiasmo, prazer, partilhe alegria, onde a brincadeira é feita através de uma função adaptativa com limites e reforços, tanto positivos como negativos. A psicanálise demonstra-nos que o jogo possui um papel essencial na comunicação, onde o *faz-de-conta* leva à realidade e, por sua vez, conduz a relação a um desfecho mais realista. A observação lúdica, leva a aceitação, ao comportamento de oposição, a insegurança, a identificação, aos sentimentos expressos, a identificação da tendência e desejo, como a ansiedade e a mecanismos de defesa. A ludicidade leva a escolha de brinquedos, a sua

modalidade, a psicomotricidade, a personificação, a criatividade (onde o técnico avalia a forma como a criança brinca), a tolerância à frustração e a adequação à realidade.

3.3. A Importância do Brincar

Segundo a professora Amália Rebolo (2018), que realizou estudos ao nível do jogo, quando falamos em brincar, ou no jogo, estamos perante dois direitos fundamentais: dar oportunidade à criança de expressar a sua opinião sobre as coisas que lhe dizem direito (conforme o art. 12.º da Convenção dos Direitos das Crianças, de 26 de janeiro de 1990); e o direito do brincar (conforme o art. 31.º da Declaração Universal dos Direitos da Criança). Sendo que, para a criança ser protagonista do seu próprio brincar, defende-se a existência do direito à participação. Ao nível da proteção do direito do brincar, existem associações internacionais de relevo como é o caso da *Internacional Council for Childrens Play* (ICCP). Esta associação foca-se na investigação da importância do brincar, e do que se aprende ao brincar.

Também a *Internacional Play Association* (IPA), defende o direito do brincar a nível internacional. A nível nacional, está a surgir o IPA Português, com o auxílio do Instituto de Apoio à Criança. Brincar e jogar são atividades interativas, facilitadoras da comunicação e da tomada de consciência social e pessoal. Quando falamos de brincar, estamos a referir-nos ao desenvolvimento, à afetividade, à integração e ao sucesso.

Na perspetiva do professor Carlos Neto, o brincar leva a criança a desenvolver competências, a lidar com o inesperado, a ser criativa. O brincar possui um fundo social e cultural que leva ao aumento das competências motoras e à apreensão do meio envolvente. Através de vários artigos científicos, as neurociências vieram provar que o cérebro se molda conforme os desafios que nós criamos quando a capacidade de criatividade das crianças é ampliada, fomentando também a sua capacidade de concentração.

Na entrevista realizada a Carlos Neto (2018), este mencionou que as cinco competências do brincar das casas de acolhimento são:

1. Situações não formais para desenvolver a capacidade de a criança resolver problemas complexos;
2. Fomenta a capacidade de as crianças terem capacidade de desenvolver o pensamento crítico;
3. Ser capaz de tomar boas decisões;
4. Terem a possibilidade de desenvolver uma boa capacidade de trabalhar em equipa e

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras desenvolvendo competências sociais;

5. Ser capaz de comunicar e de ter empatia com os outros.

Tal como indicado por este mesmo autor, em entrevista,

o tipo de brincadeira deve ser diferente conforme a faixa etária que lhe corresponde, o brincar em espaços mais próximos, em espaços com objetos interessantes, ou com brinquedos interessantes. A partir dos 5/6 anos é importante as crianças terem uma brincadeira mais centrada na atividade física, centrada, portanto, nos jogos e brincadeiras de exploração, em que é comum a utilização de materiais naturais como pedras, água, areia, terra e árvores. Subir às árvores, é um exemplo das “várias aventuras” cujas brincadeiras adquirem um tom mais desafiante. Segundo este mesmo autor, as crianças ao brincarem com os seus pares, observam que existem outras pessoas com situações de vida semelhante. A convivência com outros grupos origina a resignificação dos mundos, a reciclagem das emoções e a reinvenção das realidades, confirmando que o brincar proporciona à criança uma boa saúde física, emocional, social e intelectual. (Entrevista, Carlos Neto, abril de 2018)

Na visão de Jean Château (1987), o brincar é essencial para a vida das crianças, sendo considerado tão importante como a satisfação das necessidades básicas de nutrição, saúde, habitação, educação, amor e afeto. Através do brincar, a criança desenvolve a sua interação com o outro, consegue exprimir os seus sentimentos e o seu entendimento sobre as diferentes situações, elaborando situações desprazerosas da sua vida e procurando resolvê-las. (Oliveira, 2008)

Tal como Pepé Menéndez (2018) indica:

Los niños aprenden cuando están implicados emocionalmente en los procesos de aprendizaje, por otro lado, cuánto tienen la oportunidad de manifestar sus características personales y sus motivaciones intrínsecas. En este sentido, el jugar es quizás el instrumento más poderoso que hoy existe para que el niño pueda aprender conceptos y pueda hacer experiencias y desafiarse en función de los espacios que tiene a su alrededor, en el sentido de poder desarrollar varias competencias. (Entrevista, Pépe Ménendez, março de 2018).

Na perspectiva de Gabriela Bento (2018) é no espaço exterior que as crianças mais novas, dos 0 aos 6 anos, descobrem, desenvolvem e revelam melhor as suas competências cognitivas, sociais e emocionais. Diminuindo o tempo do brincar livre, devido às atividades extracurriculares, aos horários extensos e preenchidos, as crianças passam grande parte do dia na escola, ficando com menos tempo disponível para brincarem e se movimentarem, provocando, assim, doenças como a obesidade, as diabetes e a hipertensão, devido ao nível de sedentarismo, visto que o corpo não se movimenta conforme deveria. Na Europa, segundo a Organização Mundial da Saúde, uma em cada cinco crianças tem excesso de peso. Neste quadro, Portugal é um dos países onde existe maior taxa de obesidade. Quando nos focamos somente no brincar interior, ignoramos as virtualidades do espaço exterior para o bem-estar e desenvolvimento das crianças. Este assume-se como um meio privilegiado para as crianças aprenderem a lidar com desafios,

desenvolverem capacidades e conhecimentos úteis a um cidadão autónomo e autodeterminado (Bilton et al, 2017).

A cultura de brincar na rua tem vindo a desaparecer. Atualmente, os dias das crianças são ocupados com horários muito preenchidos, em que estas transitam de uma atividade para outra, sem tempo para brincar livremente (Idem).

Na Convenção dos Direitos da Criança, redigida pela Assembleia das Nações Unidas, em 1989, aprovou-se o direito ao brincar, implicando a criação de espaços exteriores de qualidade, planeados e organizados com vista a responder adequadamente às necessidades e interesses dos seus utilizadores.

Recentemente (2018), foi publicado um Decreto do Ministério da Educação, defendendo que as atividades de enriquecimento curricular têm de incluir formas de brincar, a organizar para além do tempo escolar. Essas atividades são: brincar livremente, música, educação física, atividade desportiva, atividade plástica, de brincadeira, a criança não fazer nada.



Figura 7- Exemplo de Crianças da Aldeia SOS de Gulpilhares a brincarem

Capítulo IV. Educação Não Formal e Projetos de Educação Não Formal

4.1. Educação Não Formal

A educação não formal ocorre fora dos parâmetros escolares, mas também tem como finalidade o cumprimento de objetivos, metas e aquisição de conhecimentos por parte das crianças. De acordo com Gohn (2010) a educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida, via os processos de partilha de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas quotidianos.

Como refere a professora Amália Rebolo, a educação não formal possui critérios de estruturação, fora da escola, onde se pode recorrer ao brincar, onde o educador é agente de mudança, sempre tendo em vista o desenvolvimento integral da criança, ou do jovem. Segundo esta entrevistada:

Hoje em dia, a educação não formal varia conforme o nível de planificação, intenção, formalização de atividades e processos educativos, revelando-se mais liberal na gestão do tempo, do espaço e das atividades. Esta ocorre fora do contexto escolar, longe das regras e das normas escolarizadas, com mais flexibilidade e autonomia nas atividades, completando o ensino escolar/educação formal, podendo realizar-se através do “brincar”. Através da educação não formal, o educador procura proporcionar situações e oportunidades para as diferentes atividades coletivas, de modo a ajudar a criança ou o jovem a habituar-se a refletir sobre as suas atitudes e a tomar posição sobre qualquer problema ou situação que tenha de enfrentar. As aprendizagens são, então, efetuadas de modo a que as crianças e jovens adquiram valores essenciais em ordem a uma vida íntegra, autónoma e emancipada, valores não incluídos nos programas nacionais, nem nos currículos, e através dos quais o indivíduo não obtém uma qualificação ou graduação (Entrevista, Professora Amália Rebolo, março de 2018).

O tipo de educação não formal caracteriza-se pelo nível de organização, que pode ser sistemático, continuado e informal. Os conhecimentos adquiridos ao abrigo da educação não formal não são avaliados e devidamente organizados, apesar de serem intencionais. A educação não formal tem o mesmo nível de intencionalidade e sistematicidade, mas não tem, o mesmo grau de institucionalização. Neste tipo de educação, abordam-se várias dimensões, entre as quais a capacitação dos indivíduos para o trabalho através do desenvolvimento de habilidades e potencialidades. A educação não formal em contextos institucionais, ocorre através da animação sociocultural, em ações coletivas, organizadas segundo eixos-temáticos como a etnia, o género, a geração e a faixa etária. Pode classificar-se como: educação para a justiça social, para os direitos, para a liberdade, para a igualdade, para a democracia, para a não-discriminação, para o exercício e manifestação cultural. Baseando-se em fatores culturais e sociais importantes para o projeto de vida das

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras
crianças, os educadores sociais são responsáveis por integrar as crianças e jovens na sociedade, aplicando estratégias pedagógicas transversais às várias sensibilidades individuais e coletivas (Instituto Nacional de Estatísticas, 2018).

4.2. Projetos de Educação Não Formal

Um projeto de educação não formal deve ser elaborado conjuntamente com os cidadãos, em rede e em grupos coordenados, na base do interesse, da troca, da reconversão da cidade e da superação dos problemas que levaram à criação do projeto. Na sua implementação, deve discutir-se e objetivar-se algumas grandes linhas de atuação e o seu procedimento, nomeadamente infraestruturas, calendários, objetivos e prazos. Um projeto eficaz mobiliza recursos, instituições burocratizadas, associações com ânimo de reconversão e cidadãos cansados da “rigidez da vida”. A criança, ou jovem, que frequente um projeto de educação não formal, poderá ter a oportunidade de aprender uma profissão, pois terá contacto com oficinas culturais, desportivas e profissionalizantes.

Alguns dos projetos pertinentes na atualidade são: o projeto “Escola da Ponte” e o projeto “Casa das Brincadeiras em Construção”.

Os projetos devem ser executados em ambientes inovadores e diversificados, onde a criança é protagonista do seu próprio crescimento, e onde possa estar de modo livre e confortável. A motivação das crianças implica que o educador social desenvolva implicações, experiências e espaços vivenciados anteriormente, de modo a que a criança aprenda de um modo livre e diversificado.

Segundo Carlos Neto, o professor José Pacheco, criador da Escola da Ponte, concebeu este projeto baseado na intenção de que a criança é autora do seu próprio desenvolvimento e da sua própria aprendizagem, e onde os professores são tutores ou mediadores de projetos que são iniciados pelas próprias crianças. Neste projeto, as crianças devem ter uma visão participativa, de investigadores do seu próprio saber. São elas próprias a criar e a trabalhar e os adultos estão lá para os ajudar, como mediadores e tutores.

De acordo com Inês Oliveira, o projeto “Casa das Brincadeiras em Construção” nasceu a convite dos intervenientes do projeto Manobras, realizado entre 2011 e 2012, na Câmara Municipal do Porto, subsidiado por fundos europeus. Segundo a mesma, este projeto, situado no centro histórico do Porto, tinha como finalidade proporcionar um espaço lúdico e criativo, em parceria com artistas locais e com a população em geral, de modo a possibilitar às crianças um brincar livre e com diversos artefactos, de forma a estimular o lado criativo das crianças que o frequentavam. As principais finalidades eram: saber observar, saber pensar, saber resolver problemas, saber construir, saber estar com os

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras
outros e consigo mesmo. Quando terminou o projeto Manobras, foi criada uma associação
intitulada Casa das Brincadeiras, cuja funcionalidade era conceber, criar e transformar
espaços lúdicos e de criação, fechados ou ao ar livre. Este projeto foi efetuado com a
intervenção de educadores e artistas (Entrevista, Inês Oliveira, março de 2018).

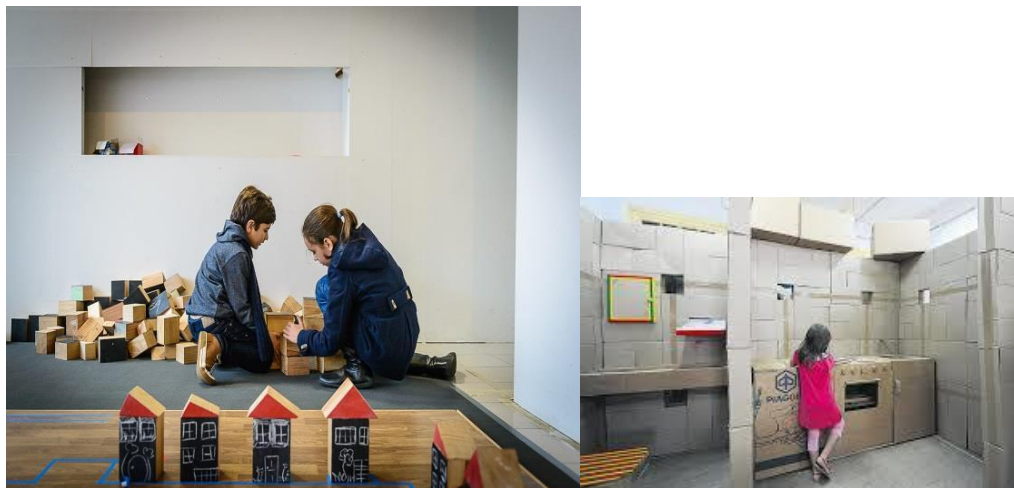


Figura 8-Imagens da Casa das Brincadeiras- Projeto Manobras da Professora Inês Oliveira

Capítulo V. Metodologia do Projeto

No projeto “Crescer a Brincar” optei por uma metodologia de investigação-ação, associada à prática educativa, sendo esta considerada um eficaz método de investigar os contextos educativos.

De acordo com Coutinho (2005) apud Coutinho, Dias, Bessa, Ferreira e Vieira (2009), a investigação-ação trouxe alguns benefícios, nomeadamente, o realce do relevo social, onde o autor e os seus participantes se encontram ao mesmo nível perante o projeto. Na realização deste projeto, a aluna tornou-se uma investigadora de prática e de emancipação. A prática, traduzida pela compreensão da realidade e pelo desempenho do seu modo de atuação enquanto a componente de emancipação refletiria a moderação do processo e incentivo da participação na transformação social.

De acordo com Stenhouse (1983, pp. 357:2009) apud Coutinho et al(2009), a investigação-ação, possui uma perspetiva teórica, caracterizada por um maior dinamismo no modo de perspetivar a realidade, com maior interatividade social, havendo uma maior proximidade do real, pela predominância da prática, da participação e da reflexão crítica, através de uma intencionalidade transformadora, na qual se baseiam os investigadores, que desenvolvem os seus estudos na área social, especialmente na área educacional.

Conforme estudos efetuados em Espanha, intitulados *Investigación- Acción*, Latorre (2003) apud Coutinho et al (2009) declara que a prática profissional dos professores se baseia na tríade de interligação entre investigação, ação e formação.

A investigação-ação caracteriza-se por ser participativa, colaborativa, prática, interventiva, cíclica, crítica e auto-avaliativa. Estas características traduzem-se pelo interesse da resolução de problemas práticos, pela melhoria da realidade, pelo facto da ação se relacionar com mudança, na qual existe uma permanente ligação entre a teoria e a prática.

Peça fundamental neste tipo de investigação é o próprio educador social que vai observar, analisar, implementar e avaliar o projeto socioeducativo para as crianças com quem trabalha. Segundo Schon (1983) apud Coutinho et al (2009), o educador existe como uma entidade portadora da capacidade de planificar, agir, analisar, observar e avaliar as situações decorrentes do ato educativo, refletindo sobre a sua prática profissional e, por consequência, as suas práticas e estratégias tornar-se-ão verdadeiras teorias de ação. Os educadores são verdadeiros agentes de mudança, críticos, autocríticos das eventuais restrições. No desenvolvimento da sua prática profissional, podem mudar o seu ambiente e transformar o processo. Por fim, as mudanças devem ser adaptativas e

produtivas de novos conhecimentos.

Um dos pedagogos mais respeitados, Paulo Freire (1975) apud Coutinho et al (2009), declara que quanto mais as pessoas se aplicam na ação transformadora das realidades, mais se inserem nela criticamente.

Perante o explicado anteriormente, estive ligada à associação como estagiária do mestrado de Educação e Sociedade e, no seu término, como voluntária, sendo coautora do “Projeto Crescer a Brincar”. Isto permitiu-me compreender os dois campos de ação: o institucional e o do sistema organizacional. Em simultâneo, fui produtora de mudança, pois criei resposta a uma necessidade da instituição, com a criação da Casa das Brincadeiras e respetivo procedimento. Dentro da metodologia de investigação-ação utilizei o método da pesquisa de terreno.

Segundo António Firmino da Costa (1986), a pesquisa de terreno ocorre através de uma presença prolongada do investigador no contexto institucional, através do contacto direto com as pessoas e pelas situações confrontadas. Sendo que a pesquisa de terreno implica, por vezes, a existência de informantes privilegiados, com quem se contacta mais frequentemente e que determinam as pessoas e os contextos que podemos analisar e observar ao longo do projeto.

Durante o estágio curricular efetuado entre outubro e janeiro, do ano letivo 2017/2018 (num total de 600 horas, distribuídas por oito horas diárias e o domingo como dia de folga), e posteriormente enquanto voluntária (2 vezes por semana, entre fevereiro e maio), pude contactar diretamente e trabalhar em parceria com a equipa educativa, tanto com os profissionais da instituição como com os voluntários, tendo sempre em vista apoiar o desenvolvimento íntegro das crianças institucionalizadas na aldeia SOS de Gulpilhares.

Por fim, a pesquisa documental compreendeu a pesquisa de fontes documentais na internet, bem como a participação em conferências e *workshops* relativos às casas de acolhimento, à institucionalização, à ludicidade, ao brincar, ao jogo e à educação não formal.

Realizei um total de 24 entrevistas¹, 10 entrevistas a profissionais da Aldeia SOS de Gulpilhares e técnicos da sede das Aldeias SOS em Portugal, 7 entrevistas a profissionais da área da educação não formal e 7 a voluntários.

Outro instrumento utilizado para a realização deste projeto foi o diário de campo, no final do dia fazia sempre uma pequena reflexão sobre o que tinha observado, o que tinha feito e que propostas/ melhorias na minha prática educativa poderia realizar, sendo sempre uma educadora reflexiva e participativa.

A metodologia de investigação-ação na pesquisa de terreno foi a mais eficaz para este projeto, pois como investigadora também participei quotidianamente no dia-a-dia da instituição, tendo assim maior facilidade de recolher dados ricos e pormenorizados, baseados na observação da realidade. Além disso, a pesquisa de terreno requer um contacto frequente com a população – fi-lo observando relatos de situações na própria linguagem dos membros institucionais.

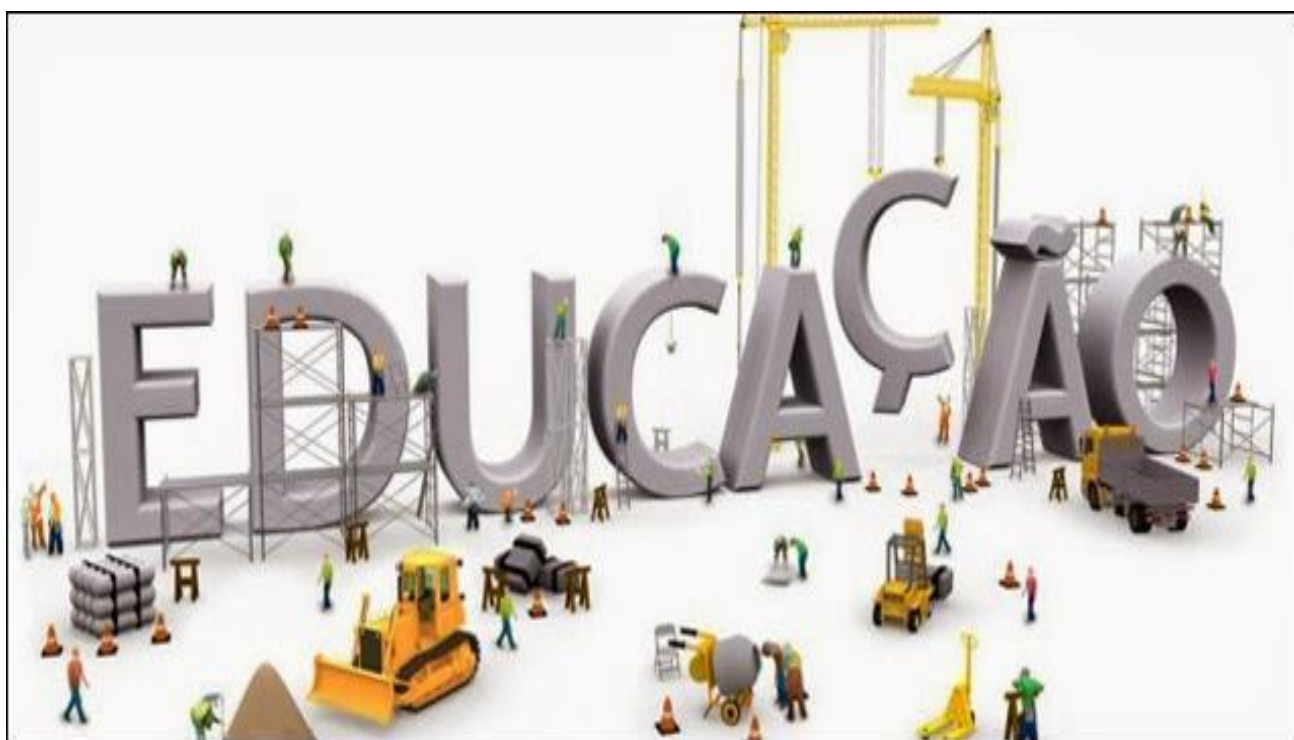


Figura 9- Exemplo Ilustrativo de Investigação na Educação

¹ Ver quadro sobre as respectivas entrevistas transcritas e usadas no projecto de dissertação “Crescer a Brincar-Criação da Casa das Brincadeiras”.

Capítulo VI. Casa das Brincadeiras SOS

Casa das brincadeiras- Emergência do Projeto “Crescer a Brincar”

O projeto “Crescer a Brincar” é um projeto de educação não formal que visa enriquecer os tempos livres das crianças da Aldeia SOS de Gulpilhares, dos 2 aos 12 anos. Este projeto consiste na realização de atividades e/ou brincadeiras de modo livre ou orientado, ao nível da música, da atividade motora, da atividade plástica, do jogo livre, da aquisição de hábitos de leitura ou de socialização.

Segundo as palavras da diretora pedagógica das Aldeias SOS em Portugal, a Casa das Brincadeiras e o Projeto “Crescer a Brincar”

(...) foram aceites pela Aldeia SOS porque estão enquadrados no pressuposto de que as aldeias se «preocupam com o desenvolvimento motor das crianças e jovens institucionalizados. Visto que as crianças chegam às aldeias pouco estimuladas e traumatizadas, torna-se necessário recuperar o “eu” da criança, ao nível biológico, psicológico, social e emocional. (Entrevista com a diretora pedagógica, Dr.^a Guida Bernardo, fevereiro de 2018).

As coautoras deste projeto foram as respetivas mães sociais das crianças dos 2 aos 12 anos, as quais não só compreenderam a importância do brincar como também auxiliaram na realização de algumas atividades de educação não formal preparadas e desenvolvidas pela estagiária (por vezes também dinamizadas por voluntários convidados pela mesma, como ocorreu com a formação de socorrismo). Tal como indicado pela mãe social Ana e pela mãe social Rita, a sua motivação para colaborar na elaboração do projeto deveu-se ao facto de o desempenho da função de mãe social as tornar responsáveis pela educação das crianças e jovens, intervindo nas brincadeiras com as crianças, interagindo com os jovens, ajudando-os a crescer, a inserirem-se na sociedade, sendo encarregadas de educação dos utentes da sua família social, atendendo à sua saúde e transmitindo-lhes valores e afetos.

As mães sociais são coautoras deste projeto visto que estas, no desempenho da sua função, arranjam estratégias para estimularem o desenvolvimento da criança, o seu crescimento e a sua estabilidade emocional. Tal como observei, as mães sociais estiveram empenhadas e interessadas neste projeto, motivando as crianças para participarem nas atividades livres ou programadas, e participando na elaboração do projeto da Casa das Brincadeiras. Durante a criação da Casa das Brincadeiras, as mães sociais intervieram, desde a reunião para reflexão sobre os procedimentos da casa, à seleção dos materiais e à orientação das crianças nos seus tempos livres para que estas colaborassem na limpeza da

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras
casa, na arrumação e no aproveitamento do seu tempo livre.

De acordo com a mãe social Ana o projeto “Crescer a Brincar” é exemplo de que o educador social deve trabalhar em parceria com uma ou duas casas, de modo a dar um acompanhamento técnico e especializado às crianças, centrando-se nas individualidades de cada uma.

Para melhor compreendermos a importância do projeto “Crescer a Brincar- Criação da Casa das Brincadeiras”, entrevistámos a diretora pedagógica das Aldeias SOS em Portugal, a propósito das razões para explorar a educação não formal, com as crianças e jovens da instituição.

Nas palavras da diretora pedagógica:

“Através de projetos como o apresentado pela estagiária, os utentes são estimulados para cuidar e gostarem de si e dos outros. A criatividade é uma das competências trabalhadas no âmbito da educação não formal, que ensina a criança/jovem a lidar consigo mesmo, na componente mais lúdica e criativa, por ter um momento para olhar para o que está a sentir. Onde existe a oportunidade de parar, olhar para dentro e pensar no que vai fazer. Sendo autodidático e expressando a vivência de momentos de cuidado do outro e para si. Onde está automaticamente a cuidar do seu afeto, no teatro ou noutra área, está a tratar de outrem. Sempre cuidando do auto e do hétero da criança. Trabalhando a nível físico, relaxamos e cuidamos da nossa parte física. Explorando ao nível psicossomático (o corpo auxilia a combater o desgaste emocional), expressamos e utilizamos a musculatura positiva. Olhar para nós através da arte – teatro, dança e música– permite-nos ter consciência do nosso corpo focando o lado criativo através de uma fragilidade física. Ao nível emocional, através do cuidar e do interpretar alguma coisa, a criança expressa os seus sentimentos e aprende a lidar com os seus traumas. Ao nível social, visto que muitas delas requerem uma interação com o outro. Ao nível do teatro, visto que trabalhar uma personagem com o outro leva à modelagem de competências. Ao nível da atividade de expressão artística, quando mostramos o desenho ao outro, temos a oportunidade de trabalhar essa competência. A crítica do outro leva sempre à rebelião para desenvolver as competências sociais. A Casa das Brincadeiras é importante por causa do estímulo da criatividade, de olhar a criança num local projetivo a partir de um local seguro de confiança. Que deve e pode ser um lugar de brincadeira com criatividade e englobar outras tarefas, para além do brincar. As atividades de educação não formal (desporto, música, teatro e leitura) estimulam realmente uma relação do afeto, do cuidar, potencializando a criatividade. As diferentes atividades, no âmbito deste projeto, incentivam a criança a cuidar de si, ao nível do auto e hétero individual (Entrevista, Dr.^a Guida Bernardo, fevereiro de 2018).

Após a compreensão da idealização das mães sociais e de entrevistar a diretora pedagógica das Aldeias SOS em Portugal, procurei conhecer os critérios da área educativa do modelo institucional.

Segundo os critérios da área da educação do modelo das Aldeias SOS em Portugal: *A criança é olhada individualmente e providenciada com apoio psicológico, pedagógico e social. Assim sendo, a metodologia Montessori é mais eficaz para este público-alvo, porque vai ao encontro das suas necessidades e capacidades de aprendizagem, concretiza-se através de tarefas mais apelativas, mais práticas e que são do interesse das crianças. As atividades devem ser efetuadas segundo o ritmo das crianças, sendo a persistência fundamental para que as crianças adiram ao projeto.* (Entrevista Psicopedagoga da Aldeia SOS de Gulpilhares, março de 2018).

A Casa das Brincadeiras veio responder à necessidade da criação de um espaço para as crianças mais novas brincarem em segurança e de usufruírem dos vários brinquedos e jogos de que a aldeia dispõe. Algo que era impossível ocorrer dentro das casas da família SOS, por estas serem muito pequenas. O objetivo é proporcionar-lhes espaços amplos, onde as crianças brincam com regras e com os brinquedos doados à instituição por diferentes pessoas anónimas.

Baseando-me na metodologia Montessori, compreendi que o local das atividades é selecionado conforme os objetivos que as crianças e jovens pretendem alcançar, de forma a adquirirem uma determinada competência, ou concretizarem um determinado projeto.

Para criar a Casa das Brincadeiras foi necessário estabelecer uma relação com a instituição. Para tal, realizei uma reunião com o meu orientador de estágio e entreguei-lhe um plano de atividades, incluindo as atividades de educação não formal a desenvolver nos fins de semana, como a jardinagem, música, expressão plástica, teatro, a hora do conto e a ida à Serra da Estrela. Depois, criei relação com as crianças, observando-as nos seus tempos/espacos livres para compreender o que elas gostavam de fazer. Conversámos sobre as possíveis atividades a realizar, desenvolvendo algumas delas na minha sala.

A reflexão sobre a Casa das Brincadeiras iniciou-se com uma conversa com o supervisor – que anteriormente tinha criado o “Espaço é Meu” – direcionada para a resolução de comportamentos dos adolescentes, e, uma vez que o mesmo conhecia os pedidos das mães sociais e as necessidades das crianças, ciente fiquei do enriquecimento que esse fator teria para o meu projeto de dissertação.

Comecei a construir a casa convidando as crianças a decorarem a sua sala de atividades com regras específicas, criadas pelos mesmos. Posteriormente, mostrei e perguntei às crianças quais eram os espaços que pretendiam e fiz um esboço dos diferentes espaços, que mostrei ao meu orientador de estágio (Dr. Álvaro Faria), de modo a preparar as reuniões com as mães sociais e com outros intervenientes da instituição (como a psicopedagoga e o psicólogo da instituição).

A Casa das Brincadeiras visa ser um espaço de educação não formal, de

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras
desenvolvimento do relacionamento, comunicação e regras de convivência. Na criação da Casa das Brincadeiras tentei fazer conforme o entrevistado Pépe Ménendez indicou:

Debemos crear espacios más innovadores, más disfrutados, pero guionistas, precisamente con las personas, con los jóvenes, con los niños que poseen mayor vulnerabilidad, imaginación, creatividad, afectividad y más amabilidad. La mejor manera de aprender es jugar. El educador social desempeña funciones de transferencia de conocimientos. Su función implica experiencia, aprovechamiento, planificación de espacios, como deben hacer los educadores de infancia, los profesores y los animadores socioculturales. La mejor forma de motivarlos es hacer que tengan voz activa, con que tengan un desafío semanal a cumplir y entusiasmarlos para realizar actividades, algunas de ellas de su gusto e interés. (Entrevista Pepé Menéndez, março de 2018) .

Para a escolha dos brinquedos a colocar na casa, observei os recreios e a reação das crianças e jovens às atividades implementadas no estágio curricular, bem como o pensamento das crianças na escola.

Os meninos gostam de carros, de matraquilhos, de descer a colina da aldeia montados num carro. Tiveram a visita da Toyota onde puderam dar uma volta pela aldeia dentro de um dos carros. As meninas já possuíam na casa da mãe Ana, uma casa em plástico, para brincarem (Diário de Campo, 15 de novembro, 2017).

Uma das meninas mais velhas disse que gostava de ter um espaço com insufláveis. Perguntei-lhe como isso seria possível de uma forma económica. Ela respondeu-me: «com colchões!» (Diário de Campo, 20 de novembro, 2017).

Uma das atividades que fiz com as crianças foi uma manhã de pintura de pedras, de quadros e percebi o encanto da atividade. Uma das crianças referiu pensar que as atividades eram uma “seca”, mas afinal “foi uma manhã divertida”. (Diário de Campo, 20 de novembro, 2017).

Na sala das atividades foram criados espaços e um deles foi uma “minibiblioteca”, com almofadas feitas pelas próprias crianças, de tecido e algodão. (Diário de Campo, 5 de dezembro, 2017).

Após a recolha da opinião da diretora pedagógica das Aldeias SOS em Portugal, da reunião com as respetivas mães sociais e outros membros institucionais e da conversa e observação dos gostos das crianças, realizei com as mesmas um esboço sobre os espaços a conceber na casa. Ficou então decidido que a **cozinha** possuiria um atelier de culinária; a sala seria transformada numa **biblioteca**; um quarto tornar-se-ia num **espaço insuflável**; outro num **espaço de atelier**; outro num **quarto do reinado** (com todos os brinquedos de meninas); outro em **quarto dos piratas** (com pista de carros, matraquilhos, carros e um barco de piratas); e na entrada seria colocado um tapete com o jogo das diferentes emoções.

A Casa Monte Branco foi assim transformada na Casa das Brincadeiras. Esta estava desabitada e a precisar de obras, pelo que foi pintada pelos voluntários da empresa Synopys e por um senhor que estava a prestar serviço comunitário. Para realizar a escolha das cores da casa utilizou-se a psicologia das cores, com a preocupação das mesmas serem

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras

estimulantes e alegres para as crianças que usufruem do espaço. Foram escolhidos o azul, o salmão, o amarelo, o vermelho, o rosa e o branco. Posteriormente, a equipa da limpeza da instituição limpou as diferentes divisões da casa, tendo a estagiária, juntamente com as crianças, terminado a limpeza dos diferentes espaços.

Por fim, foi observada a parte dos donativos e recolhidos outros (caixas de esferovite, tintas, cadeiras, material pedagógico, tapetes, cavaletes, telas, parque de criança, bolas de plástico, livros, estantes, carros e material de cozinha), junto de algumas pessoas e instituições, todas agradecidas com declaração de agradecimento (cópia em anexo), própria da instituição. Com a casa montada (fotos em anexo), foram entregues cópias da chave às duas mães sociais, para que utilizassem o espaço/projeto com as crianças, na ausência da estagiária.

Para resolução dos problemas de eletricidade e da cozinha (cópia em anexo), a estagiária, com a ajuda do seu irmão, analisou e relatou os problemas. O irmão realizou um orçamento de reparação que foi entregue à instituição.

Na construção da Casa das Brincadeiras, enquadrada no projeto «Crescer a Brincar», utilizei a metodologia Montessori, criada pela educadora italiana Maria Montessori, que defende que a criança deve ser livre, ativa e estimulada, quer ao nível físico, quer ao nível mental, sendo a própria criança envolvida no seu processo de aprendizagem.

Tal como nos indica o entrevistado Pépe Ménendez:

Con el ejemplo de la Escuela del Puente y del Cuadro 2020, los niños son constructores de su propio proyecto educativo, es decir, compran, negocian, respetan, dialogan y son al mismo tiempo coherentes y respetuosos de las normas que establecieron. De hecho, los propios alumnos proponen y establecen reglas, participan en proyectos que se centralizan en el alumnado, donde el camino puede ser más lento, donde no se piensa en el ritmo, en el horario y en la agenda.

(Entrevista Pépe Ménendez, março de 2018).

Ao nível da organização curricular, a metodologia Montessori distancia-se do modelo tradicional. O professor não “debita” a matéria, mas é modelo e orientador do processo de aprendizagem, na escolha de um trabalho apetecível à criança. Através deste método, as crianças e jovens realizam uma aprendizagem ativa ao nível do desenvolvimento social em prol da memorização, na aquisição de regras e na procura de respostas para os seus projetos, o que diminui a tendência de desistirem das atividades e o baixo sucesso escolar. O docente encontra-se preparado para observar e dominar as ferramentas essenciais para o sucesso educativo, guiando a criança no seu crescimento e nas melhores condições possíveis. Através desta metodologia, as crianças entendem que o maior louvor não são os prémios, ou os reconhecimentos exteriores, mas sim o bom senso.

Assim, os alunos tendem a ser calmos, concentrados e felizes. O método Montessori

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras privilegia o silêncio e a organização, onde a criança deve expressar-se de modo adequado e assertivo. Este modelo alicerça-se na auto-educação, ou seja, no interesse da criança aprender com o meio envolvente, onde a mesma explora, investiga e pesquisa. Em ambiente preparado, desenvolve autonomia e liberdade, de modo a responder às suas necessidades biológicas e psicológicas.

Este método é utilizado em contextos de educação não formal pois compreende-se que existem sociedades educadoras, na qual a família, a escola, o ambiente social e as instituições culturais são intervenientes educativos junto das crianças. Tal como nos indica o entrevistado Pépe Ménéndez “para educar el niño és necessário una aldeia”.

As escolhas de um projeto lúdico prendem-se com o facto de as crianças aprenderem mais em contextos lúdicos do que noutros excessivamente sérios.

Durante a conceção da Casa das Brincadeiras, todos os fins de semana, foram realizadas atividades com as crianças. Por fim, a casa foi utilizada para a atividade de expressão musical com o professor Manuel Barros Cardoso aquando da despedida da mãe social Ana.



Figura 10-Exemplo de Escola Baseada na Metodologia Montessori

6.2. Procedimento do Projeto

As tarefas do projeto “Crescer a Brincar” têm de ser todas elas práticas, apelativas e irem ao encontro do interesse das crianças, visto que estas crianças devido aos seus passados problemáticos, mostram dificuldade em se concentrarem e estarem em ambientes demasiadamente ríspidos e teóricos.

Tive de ser persistente, para que as crianças aderissem ao procedimento proposto e o mesmo ocorresse segundo o ritmo das crianças e jovens. O projeto deve decorrer conforme o ritmos, interesses e capacidades da criança. Para tal, o adulto deve ser realista e adaptar as suas intenções pedagógicas ao público alvo com quem trabalha, neste caso, criar atividades significativas para as crianças como explicou a psicopedagoga da Aldeia SOS de Gulpilhares.

O animador sociocultural Miguel Horta resumiu-me esse percurso da seguinte forma:

Em primeiro lugar, deve arranjar-se uma dinâmica de grupo, para sondar sobre as preferências das crianças, estabelecendo o perfil do grupo. Seguidamente, fazer-se o ponto de partida no outro e não naquilo que acha que o outro/criança precisa. Posteriormente, abraçar um projeto pedagógico e não navegar à bolina, para tal tem de haver uma relação justa e horizontal com as crianças. Aprimorando-se a sua comunicação. Posteriormente deve seduzir-se com inteligência e carinho. O adulto deve ser um referente sólido para esse grupo de crianças, sendo pedagogicamente correta, escutando e observando, sendo-se solidário, presente e paciente. Provocando o riso e a reflexão numa mesma atividade (Entrevista, Miguel Horta, março de 2018)

Neste projeto também se pretende trabalhar o respeito, visto que a criança aprende a respeitar os outros através do brincar, pois a minha liberdade também está determinada pela liberdade dos outros. O respeito por mim mesmo, implica o respeito do outro.

Tal como indicado pelo animador sociocultural Miguel Horta, a Casa das Brincadeiras:

Foi criada de modo a permitir às crianças brincarem entre elas, sob a supervisão das mães sociais, ou de um técnico, de um modo livre num espaço, em que a criança: está num espaço versátil e adaptável, promovendo uma experimentação justa e colaborativa. As crianças devem ser corresponsabilizadas pela sua gestão. O acesso deve ser fácil e inclusivo, sem hora marcada para a sua utilização, ou seja, ser um espaço não dirigista. Através das vivências e das atividades lúdicas diversificadas na casa, deve-se proporcionar às crianças e jovens, valores de esforço, cooperação, espírito de equipa, interajuda e superação (Entrevista, Miguel Horta, março de 2018).

Todas as atividades e jogos desenvolvidos neste projeto tinham objetivos planejados, pois não se deve brincar somente para se entreterem as crianças, mas para lhes transmitir, através do jogo, regras e valores. Tal como podemos verificar pela perspectiva de Pépe Ménendez,

No debemos simplemente jugar, pero dar sentido a lo que hacemos, indicar cuáles son los objetivos, identificar el aprendizaje del juego y reflexionar sobre lo que ha pasado, reflexionar sobre hasta dónde el propio juego nos conduce, para evitar consecuencias no deseadas (Entrevista, Pepé Menéndez, março de 2018).

A casa das Brincadeiras foi então construída a pensar nos miúdos dos 2 aos 12 anos, nos seus gostos e no que a equipa considerava essencial para o seu crescimento. De acordo com a professora Aida Figueiredo (2018):

O espaço tem de ser diversificado, de acordo com os miúdos que tu tens neste momento. Onde os mesmos sejam protagonistas dos seus próprios contextos de brincadeira. (Entrevista, Aida Figueiredo, março de 2018).

O projeto, como a rotina das crianças e jovens em regime de acolhimento, deve possuir regras e normas, pois estas crianças têm dificuldade em cumprir ordens, em respeitar-se e em responsabilizar-se. Por isso, os técnicos como cuidadores devem dialogar, criar regras e fazer com que as crianças e jovens as cumpram. Na sala de atividades, onde estas eram preparadas e o acompanhamento ao estudo era efetuado, como também na própria casa, as regras foram planejadas, escritas e registadas. No futuro, deve também ser criado um quadro de bom comportamento, de modo a incentivar um comportamento assertivo, por parte dos utentes.

A educadora social, responsável pela casa, deve elaborar, realizar e avaliar o projeto sócio educativo. De modo a que as crianças estejam enquadradas nesse processo. Na casa pode ser colocado num quadro um papel de cenário, onde se vão registando, juntamente com as crianças, as vivências das mesmas. As crianças podem ser também incentivadas a compreender o contexto que as rodeia, compreendendo com afeto, calor humano e proteção os direitos das crianças. A educadora, com o aval do seu supervisor diretor, pode relacionar-se com o exterior, de modo a enriquecer o projeto e a permitir uma vida social das crianças e jovens que tem a seu cargo. A mesma deve trabalhar a questão da socialização criando um ambiente estável, onde haja afeto e contenção emocional, onde as crianças tenham prazer em participar, respeito pelas normas vigentes socialmente e onde as mesmas adquiram autoconfiança, maturidade, perseverança, resiliência e por isso se desenvolvam integralmente.

6.3. Divisões da casa das brincadeiras SOS

1. Cozinha - Pretende-se que a cozinha se constitua um local de relação, entre os técnicos e as crianças, onde os adultos ensinem, supervisionem as ementas e ocorram momentos socializadores. A criança deve adquirir autonomia e assumir algumas responsabilidades, desenvolver habilidades cognitivas e sociais, refletir sobre o que vai utilizar para a refeição e quem vai convidar para a mesma. Tal como realizado durante o estágio, a cozinha serve para fazer bolos e churrascos. Permite também convidar voluntários para virem confeccionar pizzas e os mais diversos pratos dando a possibilidade de preparar/realizar festas durante o ano, em épocas festivas. Outro fator a ter em conta, é que os mais velhos são modelo devido à sua experiência, por isso podem ensinar regras de boa etiqueta, nomeadamente servir o lanche aos voluntários, num momento de apoio ao estudo. A educação alimentar é essencial para os miúdos, pois adquirem a noção de quantas refeições por dia devem tomar e que nutrientes devem ingerir. (Carvalho & Salgueiro, 2018)

Como refere a diretora pedagógica, Guida Bernardo:

A refeição também pode ser o momento de ultrapassar traumas antigos, com origem na família ou no sítio de onde provêm (Entrevista, Guida Bernardo, março de 2018).

Tal como conversado com a psicopedagoga, a cozinha pode ser um meio para o desenvolvimento de outros conhecimentos básicos, como conhecimentos de matemática, pois vão quantificar as medidas, vão precisar de ser autónomas para escolherem os alimentos e independentes para, com a supervisão do técnico, irem ao supermercado adquirir o necessário. Uma das atividades realizadas na casa, e que poderia ter tido a cozinha como local central – caso esta tivesse sido arranjada a tempo foi a despedida da mãe Ana. Os bolos e sumos preparados para a festa poderiam ter sido lá confeccionados pelos próprios jovens, com a supervisão do técnico. Ao nível do estudo do meio, a cozinha serve para conhecer sabores e gastronomias de outros países, bem como para realizar diferentes experiências ensinadas em contexto formal, ou seja, realçar o acompanhamento ao estudo efetuando as experiências.



Figura 11-Imagem Representativa da Cozinha da Casa das Brincadeiras

2 **Biblioteca** - Na biblioteca colocou-se um teatro de fantoches e sombras, para as crianças expressarem as suas emoções e desenvolverem-se ao nível da expressão corporal e dramática. Neste espaço, as crianças podem criar as suas próprias histórias, confeccionar os seus próprios artefactos, fazer teatros de sombra, ou teatros com acetatos e até podem dramatizar, como forma de criatividade. Na biblioteca, após diálogo com as mães sociais e alguns técnicos, o psicólogo advertiu que a existência de caixas com *emotions* era importante para se abordar as emoções e os sentimentos das crianças. Também foram colocados dois armários de livros, desafio este constante para qualquer educador no incentivar dos alunos para a aquisição de hábitos de leitura. A maneira mais prática de desenvolver tais hábitos é promover a hora do conto, convidando alguns contadores de histórias a virem fazer voluntariado à instituição. A biblioteca é também um espaço onde as crianças podem socializar e os mais velhos podem responsabilizar-se pelos mais novos, enquanto os restantes brincam. Este espaço, para ter um carácter lúdico-pedagógico, deve estimular o jogo, a exploração, a música, o ver, o ouvir e o sentir – foi colocado um objeto lúdico deliciante para as crianças, : um carro desmontável de feltro, onde as crianças podem brincar e estar.

Também se deve utilizar a tecnologia como instrumento de ludicidade: para visualizar filmes, para jogar jogos não violentos e para jogar consolas, tal como já efetuado nos tempos livres das crianças nas suas casas.



Figura 12- Imagem Representativa da Biblioteca

3. Espaço de motricidade “livre”- a pedido de uma das crianças, e sabendo que a expressão motora é fundamental para o desenvolvimento das crianças, foi colocado um colchão para que as crianças pudessem fazer cambalhotas e saltar. Neste espaço recriou-se uma piscina de bolas (através de um parque de criança enchido com bolas de plástico, permitindo às crianças desenvolverem o seu esquema corporal e conhecimentos matemáticos).



Figura 13- Imagem Representativa da Sala de Motricidade Livre da Casa das Brincadeiras

4. Sala de atelier - Nesta sala, as crianças podem brincar com plasticina, fazer os seus registos pictográficos, desenhos, trabalhar com os mais diversos tipos de materiais, como giz, barro, massa de modelar, aprender a reciclar o papel, etc.

Também existem cavaletes onde as crianças podem experimentar os mais diversos tipos de pincéis e fazer as suas pinturas. Por esta ser uma área em que se gasta bastantes materiais e que é objeto de poucos donativos, caso o projeto fosse aprovado, deveríamos encontrar parcerias a fim de que nada faltasse ao enriquecimento dos tempos livres das

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras
crianças. Todos os trabalhos realizados pelas crianças devem ser guardados em pastas, tal como na educação pré-escolar, e cada uma deve possuir, caso deseje, um caderninho da sua identidade, onde guarde as suas fotografias e os seus escritos. Assim, desta forma, resguarda-se a privacidade das crianças.



Figura 14-Imagem Representativa da Sala de Atelier da Casa das Brincadeiras

5. Sala do reinado - A sala do reinado foi concebida a pensar na casa de bonecas, que a mãe social Rita possuía no exterior da casa da sua família SOS, e que, nos tempos chuvosos, ficava alagada. Para esta sala, foram-nos doados um tapete vermelho, uma mesa, bonecas e alguns panos. Também foram aproveitados um quadro de espelho e uma banca de cozinha de brincar. Este espaço seria cumprido como um espaço livre, tal como previsto durante a sua conceção, para que as crianças pudessem fazer jogo livre, pudessem socializar, cuidar e aprender.



Figura 15-Imagem Representativa da Sala do Atelier da Casa das Brincadeiras

6. Sala dos piratas - Aqui existe uma pista de carros, visto os meninos e os rapazes se deliciarem com este brinquedo. Nesta sala encontram-se ainda alguns carros maiores, uma série de bonecos e desenhos animados, uns matraquilhos de futebol e um barco. O barco, se fosse de grandes dimensões, serviria não só para as crianças realizarem

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras

jogo livre, como também para efetuarem experiências, como a subida e descida do nível do mar, o equilíbrio, a orientação com os pontos cardeais (norte, sul, este e oeste) essenciais à orientação no quotidiano.



Figura 16- Materiais para a Sala do Aletier

7. **A Casa de Banho** - Área utilizada para a segurança e o cuidado da saúde do corpo, bem como para satisfazer as necessidades básicas. Pode ser também um *espaço para aprender a cuidar de mim*. A criança deve ser incentivada, como nos manequins do teatro, a observar-se ao espelho, pois isso aumenta a sua autoestima: “Como me sinto hoje?”.

No espelho pode colocar-se um quadro semanal com os dias e diferentes caras, para que as crianças digam como se sentem e os cuidadores possam estar atentos ao que se passa. *No espelho pode escrever-se: Como vou hoje, cuidar de mim?* De modo a que as crianças e jovens reflitam com o auxílio dos cuidadores sobre o seu brio pessoal, sobre a importância de pentearem-se e de tratarem de si. As adolescentes devem ser ensinadas sobre a menstruação e como prevenir a gravidez na adolescência, bem como ter toda a informação sobre evitar a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis.

6.4. Atividades Realizadas

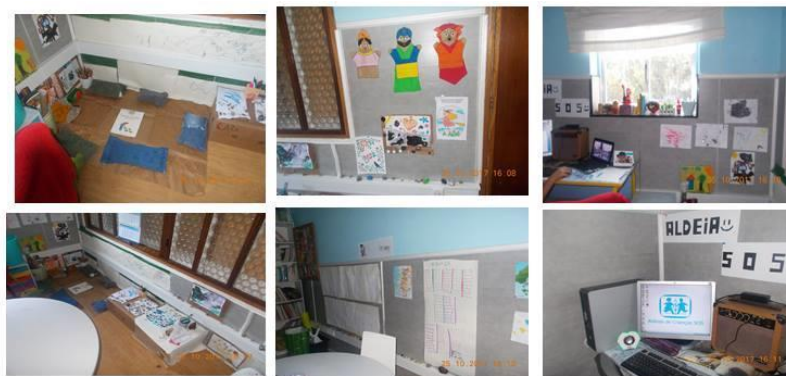
Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro
<ul style="list-style-type: none"> • Atelier de Pintura. • Jardinagem e Pintura da Casa das Brincadeiras com Synopsys. • Peddy Papper em Guimarães • Dia de Halloween 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenhos do Pai Natal. • Boas Vindas do Diogo. • Festa de São Martinho. • Atividade de Capoeira. • Recolha de Material para a Casa das Brincadeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Decoração da Casa das Brincadeiras • Visita do Clube Toyota Celica • Festa de Natal • Tarde de socorrismo • Visita à Perlim 	<ul style="list-style-type: none"> • A brincar e a rir o Bullying Vamos Prevenir • Sessão de música • Dança- Presença do Projeto V.O.U • Inauguração da Casa das Brincadeiras

Quadro 1- Cronograma com as atividades

As atividades foram pensadas conjuntamente com o Doutor Nuno Oliveira, sempre supervisionadas pelo meu orientador do estágio, o Dr. Álvaro Faria, responsável pelo meu estágio curricular. As atividades foram feitas em parceria com as mães sociais Ana e Rita, sendo que o público das mesmas eram duas famílias sociais.

Um dos objetivos do projeto era tentar ao máximo que as atividades possuíssem o menor custo possível. Por esse motivo, procurei obter donativos e criar atividades que requeressem poucos materiais pedagógicos. As atividades foram enriquecidas com a presença de grupos e de voluntários.

No dia 5 de outubro de 2018 as crianças realizaram uma atividade de expressão plástica, onde fizeram quadros e pinturas de pedras. Os três utentes suspensos da escola realizaram, com a estagiária, a decoração da sala de atividades, utilizando os trabalhos efetuados no sábado anterior. Dentro da sala foi criado um espaço de leitura com as almofadas criadas pelos utentes mais novos.



Após esta atividade realizou-se a decoração da sala de atividades (juntamente com o J.P; o P. e a A.C)

Figura 17-Decoração da Casa das Atividades

No dia 15 de outubro de 2018 as crianças ajudaram os voluntários da empresa Synopys, na atividade de jardinagem e pintura da Casa Monte Branco. Também almoçaram com os voluntários da empresa Synopys.



Figura 18-Pintura da Casa Monte Branco Para Ser Utilizada Para A Casa das Brincadeiras

No dia 21 de outubro de 2018, as crianças, a família de uma educadora social, as mães sociais, o animador sócio-cultural e a estagiária almoçaram no Macdonald's de Guimarães e fizeram um *peddy papper* por Guimarães, com direito a prémios.



Figura 19-Fotos do Peddy Papper em Guimarães

No último fim de semana de outubro realizaram a festa de *Halloween*, os trabalhos manuais para as respetivas escolas sobre esta temática e a decoração dos espaços pedagógicos, da secretaria e da casa *swicher*.

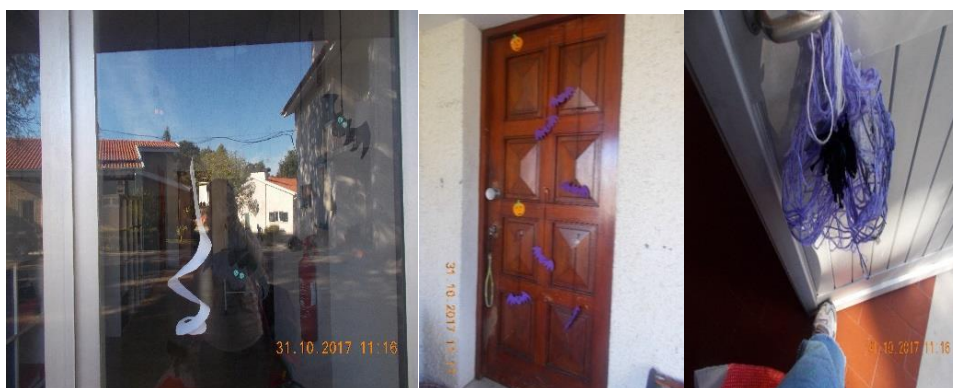


Figura 20- Fotos da Decoração do Halloween

No primeiro fim de semana de novembro realizaram a pintura e a elaboração de diversos desenhos, pedidos pela equipa de marketing das Aldeias SOS em Portugal, para realização dos postais de Natal, para angariação de verbas para a Aldeia SOS. Para tal, as crianças e jovens procuraram imagens na internet, fizeram os moldes e os respetivos desenhos.



Figura 21- Fotos do Postais de Natal

No dia 18 de novembro realizou-se a festa de São Martinho com a vinda dos voluntários e de ex-utentes, onde tiveram a oportunidade de confraternizarem. Alguns voluntários e crianças realizaram jogos tradicionais, previamente preparados pela estagiária.



Figura 22- Fotos da Festa do Magusto

No último fim de semana de novembro o grupo de capoeira “Berimbau” fez uma demonstração na Aldeia SOS de Gulpilhares.



Figura 23- Fotos da Festa da Capoeira

Em novembro também se fez uma recolha dos objetos necessários para a construção da Casa das Brincadeiras, a elaboração das regras da mesma, a limpeza da casa e a respetiva decoração.



Figura 24- Recolha do Material para a Casa das Brincadeiras

Na primeira semana de dezembro realizaram-se os desenhos de Natal e as cartas para o projeto dos correios do Pai Natal Solidário.

Durante as férias de Natal a aldeia recebeu várias visitas de pessoas e empresas para conhecerem os meninos e fazerem doações, nomeadamente a a equipa de futebol do

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras

Futebol Clube do Porto, que entregou cartões, bolas de futebol e brinquedos às crianças e jovens da aldeia. Veio também a estação televisiva Porto Canal realizar uma reportagem de sensibilização sobre as Aldeias SOS em Portugal. Durante as férias de Natal também se realizou a visita do Clube Toyota Celica, a festa de Natal, uma tarde de socorrismo e a visita à Perlim.



Figura 25- Foto da Entrada de Perlim

Em janeiro jogou-se o jogo "A Brincar e a Rir o Bullying Vamos Prevenir", realizou-se a sessão de música com o professor Manuel Bastos Cardoso e uma sessão de dança, com uma voluntária do projeto V.O.U.



Figura 26- Foto do Projeto V.O.U.

A Casa das Brincadeiras foi inaugurada no dia da despedida da mãe social Ana. Durante o meu voluntariado foi utilizada para as crianças aproveitarem os diferentes espaços, assim como nela também se realizou a atividade musical.

6.5. Projeto Casa Das Brincadeiras – Avaliação Crítica do Projeto

As vantagens do projeto foram: dar voz às crianças e jovens, visto que o projeto foi do conhecimento de todos e todos estiveram envolvidos; a aquisição de conhecimentos práticos através da realização do estágio curricular; a criação de relação, quer com a equipa técnica, quer com as próprias crianças e jovens da instituição; também compreender, planear e realizar atividades com diferentes voluntários e estabelecer comunicações com entidades da região. Também foi relevante o facto de ter angariado os materiais, objetos e ferramentas que tornaram possível a realização deste projeto.

Uma das conclusões que tiro desta experiência é que, quando se faz um projeto desta dimensão, deve-se refletir criticamente sobre o mesmo, levando em conta também as pessoas que lhe vão dar continuidade. Na perspetiva de uma das mães sociais, na Aldeia SOS de Gulpilhares, não se investe na continuidade dos projetos.

Como ocorre noutras situações observadas, indicadas por uma das mães entrevistadas:

dos 2 grupos de trabalho psicológico, com técnicas que se dispunham a vir à Aldeia SOS, presentemente, só 4 ou 5 crianças é que participavam.

Outra situação relatada por uma das mães sociais entrevistada:

Os mais novos que entraram na instituição fora do prazo das inscrições gratuitas não tiveram acesso ao mesmo. Para outras crianças já se conseguiu arranjar hidroterapia. As crianças estão desmotivadas, porque os adultos encontram-se desmotivados, porque os adultos não querem. O processo não ocorre como deveria ser. As dificuldades sentidas decorrem da estrutura institucional. Para educar existem imensas estratégias diferentes, logo devemos cingir-nos ao nosso papel.

Estas questões levantam a necessidade de futuramente se fazer um estudo aprofundado sobre a gestão institucional.

Deve trabalhar-se em parceria com as mães sociais. Logo, o plano de atividades, para além de ser visto com o supervisor, deve ser visto com as respetivas mães, pois isso iria enriquecer os “tempos livres” da instituição e permitir certas visitas de estudo.

Este projeto evidencia a importância das parcerias com entidades e organizações locais voltadas para a animação sociocultural, atividades lúdicas, recreativas e desporto, visto que facilitam o acesso da população acolhida a equipamentos, eventos e a iniciativas

especializadas, de forma gratuita ou a preço reduzido para as casas, numa acentuada redução de custos associados à cedência de instalações para a realização de atividades e ações de natureza diversa, nas quais se incluem colónias de férias, passeios, visitas e organização de outras medidas.

As dificuldades do projeto foram dar continuidade ao mesmo, após o término do estágio curricular, e motivar os adultos para o mesmo, visto que as crianças sempre estiveram envolvidas e compreenderam o modo de procedimento. Na opinião das mães sociais, o projeto foi abortado pelo facto de a equipa não possuir condições de gestão, ou outro tipo de mecanismo para dar continuidade ao projeto e devido à falta de verbas, inclusive para empregarem mais mães sociais. Uma das soluções poderia ter sido um educador responsabilizar-se pelo mesmo, visto que era produtivo para o desenvolvimento das crianças.

Na perspetiva de uma educadora social, este tipo de trabalho implica escutar, observar e colocar-se no lugar do outro, e só é eficaz com a força da dinâmica do grupo e com a idealização de várias pessoas sobre a problemática em causa.

A organização e trabalho dos voluntários convidados deve ser previamente estabelecida, e os mesmos devem estar minimamente preparados para a implementação das atividades; logo, os voluntários têm de se comprometer a apresentarem-se no horário e no dia estabelecido, como também a cumprirem eficazmente com o plano traçado para a execução das atividades. Para acautelar esta situação, devem-se realizar reuniões, quer presenciais, quer via Skype, caso a distância geográfica, ou o horário de trabalho não permitam que seja realizada pessoalmente, por forma a fazer um acompanhamento eficaz. Ainda com o auxílio da direção da instituição, devem-se arranjar parcerias com entidades por forma a obter donativos. As atividades no exterior devem ser do interesse das crianças, devem prever o seu crescimento cognitivo, pessoal e emocional e, por isso, devem ser registadas em email institucional e respondidas juntamente com a direção da mesma. Logo a diretora da instituição deve estar a par e acompanhar todo este processo, incluindo a ausência de certos recursos no respetivo território, reação da população acolhida a determinadas ações dos parceiros, dificuldades de conciliação entre a disponibilidade das entidades ou profissionais e a calendarização e horários da casa, falta de recursos humanos das entidades à data da realização das ações.

Entre os constrangimentos do projeto, saliento o desgaste emocional das mães sociais, o que levou uma delas à desistência da profissão, deixando de dar acompanhamento às crianças que poderiam usufruir do espaço. Também o facto de a diretora da instituição estar de baixa e não haver alguém que se responsabilizasse por dar continuidade ao projeto

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras e por resolver os problemas estruturais da casa, foi um fator determinante.

Tal como relatado pelas mães sociais: *No caso da casa das brincadeiras, um dos educadores sociais da instituição deveria ter assumido o projeto quando a estagiária terminou o estágio, pois as crianças estavam interessadas e era produtivo para o seu desenvolvimento. Algo que não aconteceu e agora surgem outras ideias para o mesmo.* (Entrevista, Mãe Social Ana & Mãe Social Rita, março de 2018).

Confrontando-me com a desistência de uma das mães sociais, co-autora do projeto, investiguei sobre a síndrome de Burnout e conversei com a diretora da Aldeia SOS de Gulpilhares sobre a situação. Na sua perspetiva, a desistência das mães sociais deve-se ao facto:

De as pessoas perceberem o tempo de mudança. As coisas não são para sempre. O trabalho de mãe social é exaustivo. A mãe Ana terminou o ciclo da sua vida na aldeia. A mãe Rita pode ter passado pela síndrome de Burnout, mas agora está a trabalhar na área dela. Os trabalhadores sociais, que trabalham nesta área institucional, estão implicados na síndrome de Burnout, relacionado com o que nós somos. Para evitar este desgaste, é necessária muita resistência, muita resiliência, muito autocontrolo, muita perspetiva, muito autoconhecimento. É a forma de trabalhar mais social. Como não param todos os dias, elas estão mais expostas à síndrome de Burnout. (Entrevista, Cristina Cabeleira, maio de 2018).

Segundo SHIROM et al., 2005, apud por Isabel Vieira, 2010, o síndrome de Burnout associa-se a fadiga física (sensação de cansaço e baixa energia na execução de tarefas quotidianas, como por exemplo, acordar pela manhã para ir ao trabalho); a exaustão emocional (sensação de estar fraco demais para ter empatia com clientes ou colegas e não ter a energia necessária para investir em relacionamentos interpessoais no trabalho); e ao desgaste cognitivo (sensação de raciocínio lento e baixa agilidade mental). De acordo com o psicólogo Cloves Amorim (2006), o paciente com síndrome de Burnout, precisa de reavaliar o espaço que o trabalho ocupa na sua vida e adotar hábitos mais saudáveis: dedicar mais tempo à família, ao lazer, ao desporto e a práticas religiosas. O paciente deve então praticar meditação ou relaxamento, fazer exercício regularmente, diferenciar a sua vida laboral de sua vida pessoal.

Segundo a supervisora Sandra, para se evitar o esgotamento por parte dos profissionais das casas de acolhimento deve trabalhar-se em parceira, evitando os “Pelouros”, utilizando os recursos da comunidade, centralizando as respostas necessárias, tendo em atenção as expetativas da equipa, mediando conflitos, gerindo expectativas, neutralizando

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras
conflitos e realizando reuniões semanais com os cuidadores. Para manter a organização institucional a funcionar bem, deve traçar-se linhas de orientação da casa de acolhimento e planejar as férias e tempos de descanso dos cuidadores, de modo a que possam descansar, para desempenharem da melhor forma possível a sua função. Nas reuniões semanais, devem ser pensados e escritos os procedimentos, nomeadamente a passagem de turnos, o planeamento, a gestão de turnos e o registo dos acontecimentos ocorridos.



Figura 27- Foto Ilustrativa do Trabalho em Rede Nas Casas de Acolhimento

Reflexão Final

O projeto “Crescer a Brincar-Criação da Casa das Brincadeiras” foi efetuado na Aldeia SOS de Gulpilhares, visto que a equipa educativa e as mães sociais compreenderam a importância de a criança comunicar através do jogo, do movimento, e que este processo ajudaria na melhoria de resultados escolares e na motivação dos utentes. A oportunidade de criar a Casa das Brincadeiras tornou-se para mim um desafio para enriquecer o tempo livre das crianças. Este foi um desafio que me levou a pôr em prática muitos dos conhecimentos adquiridos ao nível da licenciatura em Educação Básica e do Mestrado em Educação e Sociedade, como os momentos da conversa com o animador sócio-cultural Miguel Horta, bem como com a professora Inês Oliveira, para observar se as atividades que propunha à instituição eram as mais adequadas e receber alguma orientação para a criação da Casa das Brincadeiras. Na opinião das mães sociais, o trabalho efetuado pela estagiária foi notável, pois o brincar é essencial para o desenvolvimento das crianças. As crianças estiveram envolvidas nas atividades e sentiram-se gratas por todas. Infelizmente não se trabalhou a continuação do projeto ao nível do ano letivo, com o término do estágio curricular, o que na opinião das mães sociais foi um desalento para as crianças, pois não existiu nenhum mecanismo de continuação, para um projeto em que as mesmas estavam envolvidas e interessadas.

O ponto que para mim correu menos bem foi aquando da necessidade de adiar atividades de dois fins de semana, por incompatibilidade horária entre o orientador e o voluntário, não deixando as atividades de serem efetuadas, mas apenas mais tarde.

A Casa das Brincadeiras foi uma forma de realizar educação não formal, onde as crianças desenvolveram competências sociais/cognitivas e aprenderam a viver em sociedade.

Tal como indicado pelo diretor da licenciatura em Educação Básica da Universidade de Aveiro, a criança não aprende só em contextos formais, e não deve aprender só (no contexto de educação infantil e primeiro ciclo) a ler, a escrever, a conhecer o mundo e a realizar equações do 2.º grau. Esta aprende também em contextos não formais a ser um indivíduo íntegro, através da multiplicidade de contextos e na riqueza dos contextos não formais.

O brincar deve ser compreendido não como tempo perdido, mas sim como tempo ganho, tempo de aprendizagem cognitiva e social. Ao brincar, a criança aprende sobre cores, contos, organização, gestão, relação com os outros (o “meu” direito, a “minha”

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras
palavra, a “tua” palavra) e a respeitar o outro. Os valores que regem a Casa das Brincadeiras são: a liberdade, o respeito e a curiosidade.

Ao brincar, a criança melhora a sua motricidade fina e grossa, socializa com os amigos/parceiros/irmãos/mães sociais, usufrui de diferentes atividades que favorecem que se enquadre num grupo, se conheça a si própria e socialize. O brincar é um direito universal, muitas vezes “esquecido” pelas vidas agitadas e agendas “superlotadas” das crianças, que esquecem que o ser humano não é fragmentado, mas formado de um todo indissolúvel. O brincar é crucial para crianças e jovens se “libertarem”, “exprimirem-se” e assim, prepararem-se para uma vida autónoma livre dos problemas do passado, adquirindo valores (de partilha, gestão de conflitos, auto e o hetero-conhecimento), que se fundamentam na aprendizagem da cidadania (enquadrada na Lei de Base Educativa). Não existe aprendizagem sem inter-relação entre o mundo, o ambiente e a formação enquanto pessoa. O corpo é o principal meio de interação com o mundo e é responsável pelo sujeito na sociedade.



Figura 28- Desenho Livre das Crianças da Aldeia SOS de Gulpilhares

Bibliografia

Livros Consultados

- ✓ Caldeira, Maria de Fátima, *Assistência Infantil em Lisboa na 1ª República*, Casal de Cambra, 1940.
- ✓ CALDEIRA, Maria de Fátima, (2004), *Assistência Infantil em Lisboa na 1ª República*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- ✓ Cavadas, Inês, *Associação Protetora da Primeira Infância – Uma História Centenária*, Fundação Aboim Sande Lemos, 2015.
- ✓ Chateau, Jean, *A Criança e o Jogo*, Atlântida Editora: Coimbra, 1975.
- ✓ Costa, António Firmino, *A Pesquisa de Terreno em Sociologia in Metodologia das Ciências Sociais, Pág. 129-148, Chapter, 1986.*
- ✓ Lopes C, *Ludicidade Humana, Contributo para a busca dos sentidos do Humano*, Aveiro, Edição Universidade de Aveiro, 2004.
- ✓ Lote, Maria João & Salgueiro, Anabela (coord.), *Pensar o Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Risco*, Fundação Gulbenkian, 2018.
- ✓ Mendes, Tiago de Sousa & Santos, Pedro Vaz, *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo*, Climepsi Editores, 2014.
- ✓ Heller, Eva, *A Psicologia das Cores*, Editora Gustavo Gili, 2008.

LXI. Afonso, Natércio, Alarcão, Isabel, Gaspar, Teresa, Portugal, Gabriela, Roldão, Maria do Céu, Sarmiento, Manuel e Vasconcelos, Teresa, 2018. *A Educação das Crianças dos 0 aos 12 anos*. Conselho Nacional de Educação.

LXII. Antunes, Celso, *Jogos para a Estimulação das Múltiplas Inteligências*, Petrópolis: Vozes, 2002.

LXIII. Associação das Aldeias de Crianças SOS de Portugal, 1 de Dezembro de 2016, *Apresentação Institucional*, Arquivo das Aldeias SOS

- LXIV. Aldeias SOS, 2018, Esboço do Projeto Época, Ano Letivo 2018,2019, Arquivo das Aldeias SOS
- LXV. Aldeias SOS, Our History, 2018, Arquivo das Aldeias SOS
- LXVI. Aldeias SOS, 2018, Aldeias de Crianças SOS de Portugal, Síntese Histórica, Arquivo das Aldeias SOS
- LXVII. Aldeias SOS, 2018, Entrevistas aos membros institucionais.
- LXVIII. Amorim, Cloves, 2006, *Quando a Energia Acaba*, pág. 50 e 51, Ciência e Profissão-Diálogos-nº4-Dezembro de 2006, Cedida pela Comunidade do Reconstruir
- LXIX. Brancher, Vantoir Roberto et al, 2018. A Construção Social do Conceito de Infância: Uma Tentativa de Reconstrução Historiográfica, Linhas, Florianópolis, Vº9, nº1, p. 04-18, jan/jun
- L. Caraballo, Alba, 2012, *Regras de Convivência*, Editora de Guia Infantil
- LI. Casa Pia de Lisboa, et al, maio de 2017, o Relatório C.A.S.A 2016- Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, Instituto da Segurança Social.
- LII. Château, Jean, 1975, *A Criança e o Jogo*, Atlântida Editora: Coimbra
- LIII. Consagrada, Luciana, 2006, cit Pereira, Ana Maria Silvello, *Dimensões Psicossociais Das Práticas de Cuidado: Um Olhar das Mães Sociais de Casas Lares*, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação do setor de Educação, 2013.
- IV. Coutinho, Clara P.; Sousa, Dias, Bessa, Ferreira e Vieira, *Investigação-Acção: Metodologia Preferencial nas Práticas Educativas, Psicologia, Educação & Cultura*, Colégio Internato dos Carvalhos, 2009, 2009, XIII, 2, pp 455-pp 479.
- LIV. Fernandes, Natália & Sarmento, Miguel (org.), 2005. *Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida: Representações, Práticas e Poderes*, Universidade do Minho.
- LV. Fernandes, Natália, et al, 2017, *Figuras da Criança na Sociologia da Infância em Portugal*, Sociedade de Infâncias, Instituto Politécnico de Lisboa. Ediciones Complutense, Pág. 39-60.
- LVI. Ferrero-Waldner, cit por Benita, 2004, *Quality4Children's Normas, Para o Acolhimento*

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980

Portugal, Gabriela, *Uma Proposta de Avaliação e "Autêntica" em Educação Pré-Escolar: o Sistema de Acolhimento das Crianças*. Revista Brasileira de Educação. v.17, nº 51, set/dez. 2012

Galuch, M. T. B. & Pereira, T. M. dos A., 2012. *O Garoto Selvagem: A Importância das Relações Sociais e da Educação no Processo de Desenvolvimento*, Perspetiva. Flarianópolis, v.30

Grupo de Coordenação do Plano de Auditoria Social, CID- Crianças, Idosos e Deficientes- Cidadania, Instituições e Direitos, Manual de Boas Práticas, Lisboa, Instituto de Segurança Social, I.P. Publicação Co-Financiada pelo Estado Português e pelo Fundo Social Europeu, ISBN 972-99152-8-8, 2003.

Hall, Nigel, 2013. Manual da International Federation of Social Workers. Encyclopedia of Social Work.

Kishimoto, Tizuko, Paulino, Sanches e Lopes, 2002, *Formação de Profissionais de Educação Infantil: Práticas Reflexiva e Socialização da Criança*. Fundação ORSA-Brasil.

Bilton, Helton, Bento Gabriela, Dias Gisela, 2017. *Brincar ao Ar Livre*. Porto Editora, S.A.

Oliveira, 2008, Lei de e Sousa, Emilene, *Brincar para Comunicar: A Ludicidade como Forma de Socialização das Crianças*. Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, M.A. Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

Pinto, M. Sarmiento, 1997, M.J., *As Crianças: Contextos e Identidades*, Braga, Centro de Estudos da Criança/ Universidade do Minho. ISBN: 972.973.2310, CTT em Reseñas, Ediciones Complutense, Sociedad e Infâncias, ISBN: 2351-0720, 293 páginas.

Reis, Filipe, 1991. *O Jogo Infantil e a Aprendizagem do Cálculo Económico*. Ed 1, vol. 1, Lisboa: Escher.

Sarmiento, Manuel Jacinto, 2008, *Sociologia da Infância: Correntes e Confluências*, in Sarmiento, Manuel Jacinto e Gouveia, Maria Cristina Soares de (org.), *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*, Petrópolis, Vozes (17-39).

Silva, Alberto Nídia de Araújo, 2011. *Jogos, Brinquedos e Brincadeiras*. Universidade do Minho.

Velho, Gilberto, 1994. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. J Zahar. Editor

Gohn, Maria de Glória, 2016, *Educação Não Formal nas Instituições Sociais*, Revista pedagógica – Revista Programa de Pós-Graduação em Educação da Unochopé, Brasil, V.18, nº 39, Set/Dez.

Monteiro, Lígia Cláudia Gonçalves (2006). *Educação e Direitos da Criança: Perspetiva Histórica e Desafios Pedagógicos*. Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia.

Portugal, G. & Tomás, C. , 2015, *A Infância na Educação*. Universidade do Minho. Investigar em Educação. IIº Série, Número 4.

Shirom, et Al, 2005, input, Vieira, Isabel, 2010, *Conceito (s) de Burnout: Questões Atuais da Pesquisa e a Contribuição da Clínica*. Revista Brasileira. Saúde ocup. São Paulo

SOS Children's Villages, 2018, Who We are, A loving Home for Every Child, Arquivos da Aldeia SOS

SOS Children's Villages International, 2018, EUNA Introduction Days SOS CV History e Brand Orientation- A Loving Home For Every Child, Arquivo das Aldeias SOS

8.4. Sites Consultados

- Instituto Nacional de Estatística (Recenseamentos Gerais), *Caracterização do Concelho de Gulpilhares*, atualizado a 27 de setembro de 2018, visto em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gulpilhares>
- Jô, Jantsch R, Kori, A Deusa Protetora das Crianças, 2012. Visualizado em <https://maternare.wordpress.com/pre-concepcao/espiritualidade/kori-a-deusa-protetora-das-criancas>
- Oliveira, J.M.Paquete de, 2009. *Democratização do Ensino*. Visualizado em <https://www.dn.pt/dossiers/politica/a-revolucao-de-abril/opiniao/interior/democratizacao-do-ensino-1211693.html>
- Ramos, Anne Carolina, dezembro de 2013, A Construção Social Da Infância: Idade, Gênero e Identidades Infantis, Vol. 1, Nº3, Set-Dez. 2018. Consultado em www.feminismos.neim.ufba.br
- Sídono Faria, 2006, *Teorias do Desenvolvimento Humano*, na Enfermagem, no Caminho de Excelência, Visto em supervisaoclinica.wikidot.com-teorias-do-desenvolvimento-humano
- Silva, Ferreira, Nuno, 2014, *Tese de Mestrado Integrado em Medicina*, citado por Pedro Martins, 2014, no site www.clinico-psicologo.com/servicos/a-teoria-da-vinculacao
- Silva, Rolando F., 2016, *O 25 de Abril e o Ensino e a Educação em Portugal*. Visualizado em <https://www.antenalivre.pt/noticias/o-25-de-Abril-e-o-ensino-e-a-educacao-em-portugal/>
- ✓ Sousa, Carlos Salazar de, 2006, Comportamentos de Saúde Infanto-Juvenis, realidades e perspetivas, consultado em <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/10473/1/Tese%20Doutoramento%20Luís%20Ocastanheira%202013%20FINAL.pdf>
-
- Terra, Márcia Regina, 2001, O Desenvolvimento Humano na Teoria de Piaget. Consultado em Abril https://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes_textos/dl000o5.html

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras

- Winicott, Donald Woods, Psicólogo, Introdução à Teoria de Winicott, janeiro de 2017.

Consultado em <https://psicologado.com.br>

- Declaração de Genebra dos Direitos da Criança, de 1948.
- Declaração Universal dos Direitos da Criança (proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a 20 de novembro de 1959).
- Convenção dos Direitos das Crianças (proclamada pela Assembleia Geral das Organizações Unidas, a 20 de novembro de 1989).

8.4.Legislação Consultada

Ativo n.º110/2004 Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adopção Internacional, adotada na Haia em 29 de maio de 1993

Projeto de Lei n.º 230/IX (Primeira Lei Contra o Infanticídio)

Lei n.º 71/98, de 3 de novembro (Bases do enquadramento jurídico do voluntariado)

Lei n.º 75/98, 4 de janeiro (Criação do Programa para a Erradicação da Exploração do Trabalho Infantil)

Lei n.º 166/99, de 14 de setembro (Lei Tutelar Educativa)

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)

Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto (Lei que agiliza o processo de adoção e proíbe castigos corporais)

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras

Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro (Lei de Proteção das Crianças contra Castigos Corporais, no artigo 152)

Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro (2º alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)

Lei n.º 23/2017, de 23 de maio (3º alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo)

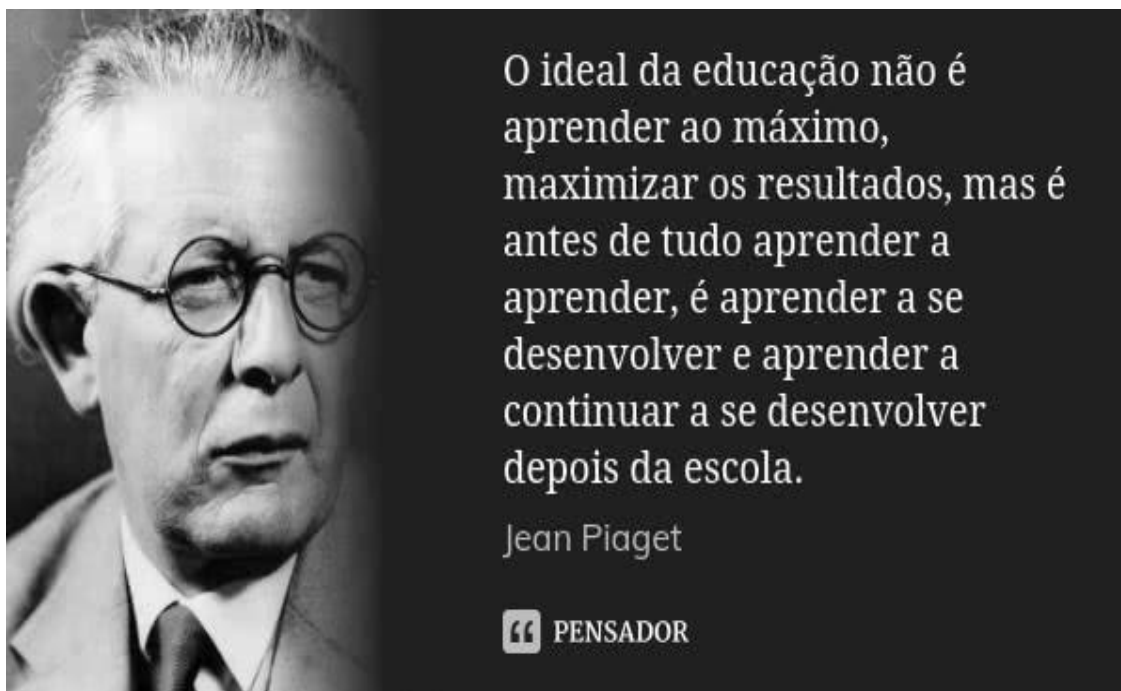
Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de abril (1ª versão, Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco)

Decreto-Lei n.º 204-A/2001 (Lei Orgânica da Reinserção Social)

Decreto-Lei n.º 12/2008, de 17 de janeiro (Promoção e Proteção das Crianças e Jovens em Perigo em Meio Natural de Vida)

Decreto-Lei n.º 83/2012, de 30 de março (Lei Orgânica da Segurança Social) Direito de Menores, 2008, Edições Almedina, S.A. Lisboa, Vol. Nº4.

Anexos



Anexo A - Reflexão sobre os educadores sociais e os voluntários

Seguidamente, faço um breve enquadramento teórico sobre a profissão de educador social e a análise das entrevistas, sobre o que é expectável para ser considerado um educador com sucesso, pelos membros da instituição.

A profissão do educador social, nos anos 80, retomava o método educativo travado no exterior das escolas para os adultos. Na década posterior, aprova-se a Lei das Diretrizes e Bases de Educação Nacional, de 1996. O educador social enfrenta e auxilia as populações mais desfavorecidas, ao nível económico, cultural e social. De acordo com Paulo Freire (1980), o trabalho do educador social baseia-se na elaboração do diagnóstico e das necessidades na elaboração do trabalho propriamente dito, no desenvolvimento e complementação da participação de um grupo, ou da comunidade e na implementação da resposta.

O educador compreende que as crianças mais pequenas, ao brincarem, envolvem-se em interações e intervenções estimulantes, o que lhes assegura o desenvolvimento integral e as mais diversas aprendizagens curriculares. De acordo com Laevers (2004 a 2006) apud Portugal, G. (2012), nas primeiras etapas do processo educativo, e ao longo de todas as etapas educativas, deve promover-se o desenvolvimento da autoestima positiva/saúde emocional, o desenvolvimento físico e motor, estimular o desenvolvimento do raciocínio e pensamento conceptual, o ímpeto exploratório e a atitude de compreensão do mundo físico e social, valorizando-se a competência social, a expressão e a comunicação, a capacidade de auto-organização e iniciativa, a criatividade e, sobretudo, construir-se a atitude básica de ligação ao mundo, crucial no desenvolvimento de um cidadão emancipado. O educador social desempenha as suas funções de modo a garantir a atenção, a defesa e a proteção das pessoas em situação de risco pessoal e social. Para tal, devem assegurar os seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando as suas necessidades e diligências. Para tal, o alcançar elaboram tarefas e atividades, bem como delineiam um projeto de vida para as mesmas.

Na perspetiva de Carlos Neto (2018)

O educador social desempenha um papel fundamental para complementar a educação integral de uma criança e de um jovem (Entrevista, Professor Carlos Neto, 2018)

Quanto ao ser bom educador social, os técnicos da instituição indicam que este deve ser realista e não querer moldar o outro à sua imagem, deve saber equilibrar a gestão burocrática com o cuidar da criança ou do jovem, deve aprender a lidar com a frustração e a relativizar os problemas, deve ser empático e respeitar o desenvolvimento da criança, sendo modelo de comportamento. Perante os utentes, deve saber criar empatia e relação tanto com os jovens como com a restante equipa; cuidar e lidar com as vivências, experiências e percursos de vida dos seus utentes, levando-os a compreender que estão no lugar certo, que as suas escolhas produzem consequências e estabelecer com as mesmas relações de confiança, havendo um vínculo afetivo, no qual a criança é capaz de lhe confiar os assuntos pessoais. Os educadores devem estar interessados nas crianças e lutar por elas, pois estas crianças devido aos seus traumas sentem-se muitas vezes abandonadas. O educador deve ser autodidata, procurando melhorar os seus conhecimentos teóricos, o carácter da pessoa, ser capaz de se dar aos outros, ser assertivo, amigo, afetuoso, firme, rigoroso no trabalho com as crianças, honesto e responsável. Tal como a famosa frase “não se deve dar o peixe, mas sim, ensinar a pescar”. Um dos maiores problemas para o educador social é a criança não ver o adulto como uma figura de autoridade, capaz de lhe impor limites, que são também necessários para o bom funcionamento da casa de acolhimento e para a formação individual de cada um.

Uma dificuldade é a criação da relação de confiança, que deve ser potencializada pelo educador social. Este deve ter sempre um comportamento/ação de coerência para com a criança (Entrevista, Álvaro Faria, janeiro de 2018).

Na perspetiva de uma educadora social, do Colégio Nossa Senhora de Lurdes, que recolheu donativos para a construção da Casa das Brincadeiras,

As principais dificuldades no exercício da profissão, de educador social são: perceber cada criança e a sua história, adotar um tratamento pessoal adaptado a cada uma, cultivar proximidade com a mesma, de forma a que veja em nós alguém em quem pode confiar e com quem pode contar nas diversas situações da vida (Entrevista, Educadora Social Margarida Almeida, março de 2018).

Na perspetiva da psicopedagoga da Aldeia SOS de Gulpilhares,

Temos de desenvolver a nossa capacidade empática e respeitar a forma como cada criança e jovem vivencia a sua história de vida. Fazer supervisão é uma boa forma de pensar sobre as coisas, sob outras perspetivas e ajuda-nos a refletir sobre a melhor maneira de agir em determinadas situações e com determinada criança ou jovem. É também importante estarmos disponíveis para criar laços, dar um pouco de nós mesmos, mas sabendo manter algum distanciamento e sempre conscientes de sermos modelos de comportamento. O facto de se respeitar os compromissos assumidos, leva a que se possam

estabelecer relações de confiança. Aprender a confiar é difícil, mas para as crianças é um desafio ainda maior (Psicopedagoga da Aldeia SOS de Gulpilhares, janeiro de 2018).

Na opinião da ex-utente Cátia,

Para se ser educador social é preciso interessar-se pelas crianças, lutar por elas e apoiá-las, de modo a não se sentirem abandonadas (Entrevista, Cátia, março de 2018).

Outra ferramenta deste projeto, importante nas casas de acolhimento, são os voluntários que, com a doação do seu tempo livre para a realização de atividades na aldeia, ou doações, tornam os projetos sociais a custos muito reduzidos ou mínimos.

Assim sendo, podemos verificar que neste projeto estamos perante o voluntariado como atividade social coletiva, que se encontra presente nas organizações: voluntárias, assistenciais, associativas ou cooperativas, como um fenómeno no qual as pessoas são regidas pelas mesmas regras, onde se pressupõe uma sociedade com igualdade de direitos. Nas instituições, o voluntariado tem uma dimensão tecnológica, pois é entendido como um conjunto de técnicas de gestão, capacitação, coordenação de voluntários, envolvidos nos projetos e programas que os constituem.

O trabalho voluntário é uma ação espontânea e não remunerada, que é exercida por pessoas que, por diferentes motivos, têm disponibilidade mental, física, psicológica, e colocam à disposição dos outros o seu tempo e o seu trabalho, em prol da melhoria da sociedade em que vivem. Por sua vez, o exercício de voluntariado possui algumas condicionantes, tais como, o tempo, a permeabilidade da pessoa, as motivações grupais, o heterocentrado e autoconcentrado da pessoa.

Na instituição à qual nos estamos a referir, o voluntariado é da área social e atende a crianças, ao cuidar, apoiar e protegê-las, daí que deva existir regularidade, gratuidade, continuidade, responsabilidade na sua prática, respeito e empatia com as pessoas, pois é preferível pouco tempo, mas rotineiramente, do que muito tempo e sem existir qualquer vínculo nem com as crianças, nem com a instituição.

Na opinião dos membros da instituição, os voluntários e os donativos são importantes, pois são benéficos por respondem às reais necessidades das crianças, visto que a pessoa tem interesse em colaborar e a equipa deve estar informada das suas reais necessidades. Quando existem donativos que a instituição não precisa devem ser reencaminhados para o local certo. Os donativos recebidos devem sempre ter uma viabilidade de uso quer para os utentes, quer para melhorar as condições institucionais. Tanto os donativos, como o transporte das crianças, segundo a perspetiva institucional, deve ser efetuado por parte da motorista. Os voluntários intervêm ajudando a organização, no planeamento e na implementação de atividades, sendo elos de ligação (e por vezes transmissores de valores)

Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras

entre a instituição e os utentes, que devem obedecer às regras e aos limites institucionais.

Não se deve exigir tempo ou responsabilidades do voluntário, tal como se solicita a um educador ou outro profissional institucional, pois este não é remunerado e nunca deve substituir um recurso humano institucional. A intervenção dos voluntários deve ser sempre devidamente programada e planeada e os voluntários apoiados e formados.

A diretora da Aldeia SOS de Gulpilhares aborda a questão da existência de voluntários na aldeia e o tipo de voluntariado que se pode fazer.

Segundo a perspetiva da diretora da aldeia,

Os voluntários devem estar muito bem integrados em tarefas muito concretas de modo a garantir a constância do exercício de voluntariado e evitar a desistência. De acordo com a diretora da Aldeia SOS de Gulpilhares, o voluntariado tem de estar muito bem organizado, quer para nós, quer para os voluntários. Têm de estar muito bem ponderadas as dificuldades e necessidades da aldeia. Os voluntários têm de estar bem integrados em tarefas muito concretas, de modo a garantir a constância e evitar a desistência.

Algumas palavras sobre o funcionamento do voluntariado na Aldeia SOS de Gulpilhares, segundo a diretora da instituição:

Não se pode pensar no voluntariado como passar uma tarde com a criança. Deve ser criada uma relação e uma assistência. Quando o voluntariado é breve, de curta duração, deve intervir-se de modo físico. O voluntariado com as crianças tem de garantir estabilidade. Alguém que permanece uma tarde ou duas por semana, cria uma relação de confiança com a criança ou o jovem, pois passa muito tempo com ele regularmente. Algumas crianças e jovens precisam de anos para ganhar confiança. O voluntário tem de ter presente esta dimensão, de alongar no tempo. Cabe à equipa decidir sobre os donativos, visto que a motivação das pessoas é ajudar. A equipa deve passar certas mensagens e organizar-se de modo a ser uma mais valia. Deve explicar-se às pessoas os critérios seguidos e encaminhar o donativo para o sítio certo, de modo a rentabilizar a sua alocação. Mostrar às pessoas e às entidades o que realmente é necessário. Temos várias necessidades e o que precisamos tem de ter uma utilidade para ser viável (Entrevista, Cristina Cabeleira, maio de 2018).

De seguida, apresento algumas análises sobre o que é fazer voluntariado atualmente, na perspetiva dos voluntários entrevistados:

De acordo com Pépe Ménendez (2008),

El voluntariado es importante, pues de esta forma, los niños ven que hay personas que donan su tiempo libre, para que ellas puedan tener oportunidad de futuro, pero también porque les proporciona realización personal y sentido de utilidad, por contribuir a la vida del otro. Para realizar voluntariado, en las casas de acogida, debe haber disponibilidad mental, física y psicológica, como también espíritu de humanidad, lealtad, sabiduría y alegría. (Entrevista, Pépe Ménendez, março de 2018).

O voluntário deve:

garantir estabilidade para intervir positivamente com as crianças, caso não o consiga fazer, deve voluntariar-se para atividades que envolvam outro tipo de disponibilidade. (Entrevista, Professora Amália Rebolo, março de 2018).

Na perspetiva do responsável pela Amnistia em Portugal, que trabalha com voluntariado há 14 anos,

o voluntariado não é uma questão pessoal ou centrada no voluntário: realiza-se porque há tarefas que precisam de ser feitas, pois o importante é o bem na sociedade, o impacto social e a transformação da vida dos outros. O que levará à realização pessoal do voluntário, nunca sendo, porém, este o motivo, ou o “foco” da sua intervenção. As vantagens são múltiplas. Há mais voluntários no mundo, que militares; o voluntariado não deve substituir postos de trabalho permanentes e necessários; não se recebe vencimento monetário e deve-se posicionar bem os tipos de voluntariado nos respetivos serviços. Deve sempre alcançar-se o compromisso, a competência e cumprir o que é acordado. Na opinião deste entrevistado, os voluntários são importantes nas casas de acolhimento (conhece a realidade de 3 casas de acolhimento) para dinamizar a alegria da casa, para diversificar as atividades com as crianças, sejam de estudo, sejam lúdicas. Sempre com apoio dos profissionais, o voluntariado nessas instituições pode trazer enormes vantagens! (Entrevista, responsável pela Amnistia em Portugal, março de 2018).

Segundo o professor Flávio Lopes,

o voluntário tem de se saber colocar um pouco de parte, saber contribuir com milhões de passos para o desenvolvimento das crianças, segundo as suas possibilidades. Após o espetáculo dado pelo grupo deste capoeirista, na aldeia, a sua intenção era conversar com as crianças, saber as suas formas de vida, os seus contextos para captar ideias e ser mais criativo; dar impacto tanto para o grupo como para a instituição, comunicar com as pessoas, relacionar-se com os outros e assim ajudar na inserção social (Entrevista, professor Flávio Lopes, março de 2018).

Na opinião do doutor Manuel Bastos Cardoso, que fez uma sessão de música com as crianças,

o voluntariado em contextos desfavorecidos é extremamente útil e cada vez mais é urgente desenvolver esse ramo, torná-lo mais comum, torná-lo mais presente nas rotinas atuais. (Entrevista, Manuel Bastos Cardoso, março de 2018).

Na opinião do voluntário Rui Mendes (2018),

O voluntário faz a diferença e pode ser considerado um “herói modelo”, quando reconhece no adulto, humanidade, lealdade, sabedoria e alegria. (Entrevista, Rui Mendes, março de 2018).

Anexo B – Análise das entrevistas sobre a função das Mães

Sociais

Em entrevista com a diretora pedagógica das Aldeias SOS em Portugal, Dr.^a Guida Bernardo,

As mães sociais possuem uma função parental global, pois exercem-no de forma profissional. Em países como o Brasil, existe a carreira profissional de mãe social. Em Portugal estas são enquadradas na profissão de técnicas auxiliares de ação direta. Sendo que esta profissão se enquadra no Decreto-Lei n.º 414/99, de 15 de outubro, que sob tutela da assistência social, apoiam por toda a equipa institucional a nível técnico, administrativo e financeiro. Possuem direito a 24 horas de descanso semanal, 30 dias de férias remuneradas e 13.º mês, de gratificação no Natal. Nas suas folgas semanais são substituídas pelas tias sociais (Entrevista a diretora pedagógica das Aldeias SOS em Portugal, fevereiro de 2018).

As funções da mãe social concentram-se :

Na prestação de cuidados parentais, nomeadamente os cuidados básicos, o cuidado de segurar a criança na casa, com quem e quando saem, dando afeto às mesmas. Estas mães devem arranjar estratégias educativas para estimularem o desenvolvimento da criança, a prevenção e estimulação das mesmas (nomeadamente o estímulo de autorregulação), para o seu crescimento e para a sua estabilidade emocional (Entrevista, Cristina Cabeleira, diretora da Aldeia SOS de Gulpilhares, maio de 2018).

Segundo a diretora pedagógica, nos 133 países onde existem as Aldeias SOS,

Estamos perante o problema comum da falta de mães sociais, visto que as condições sociais sobre a conceção do mundo se alteraram, havendo mais emprego. Por outro lado, a maternidade deixou de ser uma função sine qua non da mulher, nem todas as mulheres possuem perfil para desempenhar esta função. Há 30 ou 40 anos atrás, estas senhoras vinham das suas terras, eram muito conservadoras, não possuíam grandes estudos e vinham candidatar-se a mãe social. Atualmente, as pessoas têm de organizar a sua vida, tirar um curso, casar, o que contrapõem à necessidade profissional, de serem mulheres solteiras, disponíveis e inteiramente entregues à profissão.

Uma das mães sociais, em entrevista, indicou:

É bastante difícil conciliar uma vida de matrimónio, com a função de mãe social, pois passamos 72 horas na aldeia, somente com 24 horas de descanso, onde somos substituídas pela tia social.

Pelas suas próprias palavras consta-nos que:

Já tentei conciliar a família biológica com a aldeia, mas foi-me negado. Hoje, depois de desistir de ser mãe social, continuo em contacto com a utente mais nova, única permissão que me concederam (Entrevista à mãe social Ana, março de 2018)

Para isso tem-se tentado arranjar alterações à função de mãe social, havendo atualmente casais com filhos, onde o pai social, tem a sua vida na comunidade e a mãe social cuida das suas crianças. Em alguns países do Norte da Europa, passaram a existir as casas de acolhimento compostas pelo marido e pelos filhos, a viverem no seu contexto. Também existem mães sociais que vivem com as crianças da Aldeia SOS dentro das próprias comunidades. Como ainda existem países com um modelo rotativo, onde as mães têm tempo para a sua vida, visto que existem 4 adultos por casa, e existem 3 educadores que vão rodando pelas casas, essencialmente nos países em que há mais financiamento e, portanto, uma maior parceria entre as mães sociais e os educadores. (Entrevista à Dr.^a

Na perspetiva da mãe social Ana:

A existência de famílias de acolhimento, como ocorre nos países nórdicos, seria uma forma de dar maior suporte às famílias SOS. (Entrevista com a Mãe social Ana, março de 2018)

Para melhor compreender a função de mãe social, foram entrevistados os diferentes membros institucionais:

(...) existindo uma visão unânime de que as mães sociais devem ser pessoas resilientes, resistentes, ter bom autocontrolo, possuir capacidade de lidar com a frustração, possuir bom equilíbrio entre a regra e o afeto, ter capacidade de trabalho em equipa, serem dedicadas, saberem lidar com as crianças e jovens institucionalizadas, serem pacientes e reflexivas, muita capacidade de perspetiva. (Entrevistas com os membros institucionais, janeiro de 2018).

Na opinião da diretora da Aldeia SOS de Gulpilhares:

Devem saber e fazer gerir comportamentos disruptivos e autónomos. Estas participam nas reuniões da equipa de mãe, nas reuniões de supervisão e nos registos da casa. Lidam cada vez mais com adolescentes com comportamentos destrutivos enraizados, onde a intervenção é difícil (Entrevista com a Dr.^a Cristina Cabeleira, maio de 2018).

Na opinião das mães que estiveram envolvidas neste projeto, para se ser mãe é necessário ter vocação para tal. As tarefas que as mesmas desempenham são: educar, brincar com as crianças, interagir com os jovens, ajudando-os a crescer, inserindo-os na sociedade, acompanhando-os na escola (visto que são as encarregadas de educação das crianças), atendendo a sua saúde, transmitindo-lhes valores e afetos.

Segundo uma das mães sociais, a sua rotina iniciava-se às 6h30 da manhã e terminava às 24h00. A rotina corria da seguinte forma: levantar e preparar as crianças e jovens para a escola, às 9h15 realizar as tarefas de casa, dar o almoço aos miúdos que não iam à escola, ir com alguns ao médico, dar-lhes o lanche, preparar o jantar, deitá-los, tratar da roupa e nos tempos livres brincar e conversar com eles. As noites eram complicadas devido às dificuldades e necessidades de algumas das utentes. Aos fins-de-semana era tempo de descansar um pouco, com idas ao parque, ao cinema, ao circo, fazer piqueniques, passear, etc. Às segundas-feiras realizavam-se as reuniões de equipa. Dois dias por semana as mães eram substituídas pelas tias sociais, que realizavam trabalho igual ao explicado anteriormente com as mães sociais.

Na opinião da ex-utente Cátia:

A mãe social é importante ainda hoje na sua vida, visto que teve um comportamento assertivo perante a sua educação e ajudou-a a tornar-se a pessoa que é.

Para que ocorra um bom funcionamento da aldeia,

A mãe conta com a restante equipa institucional para implementar as regras bases para a aldeia e estruturá-la. Cada casa é autónoma e por isso a mãe conjuntamente com as crianças deve estipular as regras para a mesma, segundo o nível de desenvolvimento das mesmas, de modo a entenderem a existência das regras (regras de rotina, horário de jantar, horário de deitar, proteção da aldeia e respeito pelo outro), promovendo a proteção e integração social da criança. (Entrevista com a diretora da aldeia SOS de Gulpilhares, maio de 2018)

O processo de integração de uma mãe social, numa aldeia SOS, decorre da seguinte forma:

1.º - entrevista com a diretora da aldeia; 2.º - realização de 3 dias de estágio com a própria aldeia de modo voluntário, de modo a existir um conhecimento recíproco entre a futura mãe e a instituição; 3.º - realização de teste psicotécnico para avaliar as condições psicológicas da candidata; 4.º - realização de um mês à experiência para avaliação do desempenho profissional da candidata. (Entrevista Mãe Social Ana, março de 2018)

Na Aldeia SOS de Gulpilhares, entre outubro e janeiro de 2018, existiam 5 mães sociais e 3 tias sociais (pessoas que realizam a figura da mãe social, no seu tempo de descanso). Com as crianças que estiveram envolvidas no projeto, tal como afirma a mãe Ana, o educador social deve trabalhar em parceria com 1 ou 2 casas, de modo a dar um acompanhamento técnico e especializado às crianças, centrando-se nas individualidades de cada uma.

A mãe Rita iniciou o seu trabalho na Aldeia SOS de Gulpilhares, primeiramente como tia social, no ano de 2016. Seguidamente, trabalhou como mãe social por um período de ano e meio (junho de 2016 a finais de janeiro de 2018). Enquanto que a mãe Ana trabalhou durante 7 anos.

Na opinião da mãe Rita, quando questionada sobre se estava consciente da profissão de mãe social quando a aceitou indicou-me: “...à luz dos dias de hoje, talvez o tenha fantasiado um pouco. (...) Tal ocorreu devido a todo o marketing que funciona em prol da causa”. Na opinião da mãe Ana, quando questionada sobre a função da mãe social indicou que “foi aprendendo e sabendo ao longo dos tempos”.

A mãe Rita antes trabalhava como contabilista e a mãe Ana foi investigadora do INE (Instituto de Investigação Nacional de Estatística) e assistente social na ADAV (Associação de Defesa e Apoio à Vida).

Um dos problemas apresentado pela mãe social Rita foi conciliar a família biológica com a família social e vice-versa, pois não era bem aceite pela direção institucional, devido a especificidade de alguns utentes., da qual a mãe social Ana contrapõe dizendo que “a mãe social não é impedida de ter filhos biológicos, é-lo por opção. Na instituição existem mães sociais que já tem os seus filhos criados. O que considera que é uma opção

A mãe Rita trabalhou com crianças/jovens dos 2,5 aos 20 anos, predominantemente jovens. Relatou ainda que abriu a casa com 2 jovens: 15 e 17 anos. Seguidamente juntou-se-lhes um jovem de 19 anos e por último acabou com um grupo de 2,5,9,12,13,12 e 15 anos. Enquanto que a mãe Ana, nos últimos 5 anos, trabalhou com crianças dos 12 meses aos 18 anos.

As principais dificuldades apresentadas pela mãe Ana são a relação entre a mãe social e a equipa com o mundo adulto. Esta concorda com o educador Nuno Oliveira que indica que as respostas sociais em termos de encaminhamento não existem. Para o futuro da mãe social deve possuir um ordenado maior, um melhor ambiente em termos de equipa/trabalho e valorizar mais o papel de mãe social enquanto pessoa. Na opinião da mãe Rita, os rumos para melhorar a função de mãe social são o realce do seu trabalho, como efetivo membro de equipa, que precisa de ser apoiada, estimada, e, acima de tudo, respeitada. O papel de mãe social é muito mais do que um trabalho e deve ser considerada uma vocação e apoiada como tal.

Infelizmente, uma das últimas atividades que planeei e concebi foi a despedida destas mães sociais. “Num sábado de manhã, do mês de janeiro de 2018, após, na véspera, a estagiária ter abordado o seu orientador de estágio, sobre o dia seguinte, preparou conjuntamente com as crianças uma festa de despedida para a mãe Rita. Para o mesmo pensaram no lanche, no que queriam, selecionaram as fotos para se realizar e entregar um portefólio com os membros institucionais mais próximos e os utentes de quem possuía maior proximidade. Depois da atividade de dança, que terminou mais cedo pois os utentes estavam irrequietos e tristes, a estagiária solicitou que a voluntária estivesse presente. Assim, as crianças e alguns jovens da aldeia pegaram nos confettis, nas prendas e no dossier e esconderam-se na Casa das Brincadeiras, juntamente com a voluntária. Depois, a mãe social apareceu conjuntamente com a mãe Ana e a estagiária, foi surpreendida com uma festa de despedida e o dossier. Seguidamente, a mãe almoçou com as suas crianças e despediu-se dos mesmos. Nesse dia, a estagiária “perdeu a sua tarde de descanso” para apoiar as crianças e foi com algumas e a mãe Rita à praia para aliviar a emoção de um dia difícil e controverso.

Na opinião desta mãe social, lidou com apoio psicológico e a chorar muito. As dificuldades apresentadas foram:

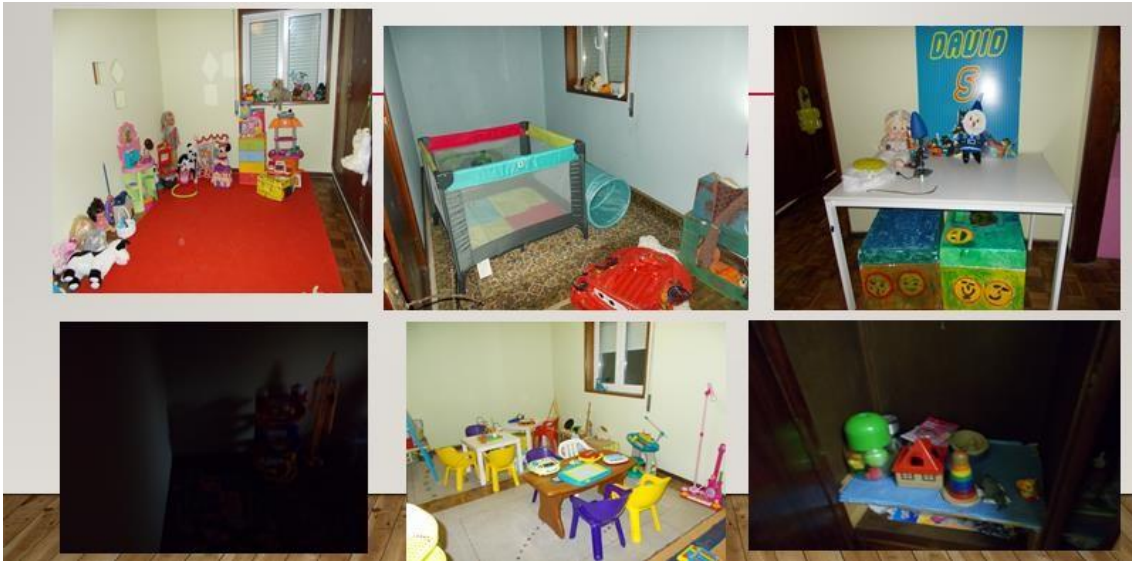
Não ser efetivamente aquilo que deveria ser. É muito diferente ser-se mãe social e ser uma funcionária que toma conta de crianças. E, por tomar conta de crianças, entenda-se dar-lhes de comer e mantê-las limpas. Os motivos que a levaram a deixar a profissão de mãe social foram: “deixar de acreditar no projeto, porque me esgotei emocionalmente e psicologicamente, porque vendem uma realidade completamente diferente daquela que efetivamente existe, porque num sítio onde se deveria trabalhar em equipa, esse é um conceito que não existe como tal. Atualmente, a única criança que teve permissão de manter contacto foi a criança mais nova. (Entrevista com a mãe social Rita, março de 2018).

Passados 2 meses, com o regresso de 4 irmãos à sua família biológica, a mãe social Ana pede baixa médica até junho, direito que lhe é assistido por lei, para repouso, estruturação de vida e descanso até junho, altura em que deixou de ser mãe social. Agora, em setembro, esta mãe social adotou 1 criança das quais tinha responsabilidade. Como fui convidada pelas crianças e pela equipa a estar presente na festa de despedida do André, posso afirmar que foi uma eficaz forma, de se criar uma família de acolhimento para estas 2 crianças e de manter esta ex- mãe social, para sempre ligada à história da Aldeia SOS de Gulpilhares.

Anexo C- Fotos e Fotocópias de Registos Institucionais

Neste anexo é apresentado o mapa das Aldeias SOS, fotos da construção da Casa das Brincadeiras, algumas das atividades implementadas, o documento sobre o agradecimento dos donativos e do serviço de voluntariado enviado por carta. Também se inclui referência a outras tentativas, tanto de colocar o projeto em funcionamento, como o guião da eletricidade e os e-mails relacionados com projetos de atividades a realizar com a comunidade.





4. *Imagens da Construção da Casa* – As imagens relatam a construção das salas de atividades e os diferentes donativos recolhidos para a construção da Casa das Brincadeiras.



Serviços de Electricidade
 Nuno da Costa
 Contacto: 912345678
 E-mail: nuno@servicosdeelectricidade.com

Orçamento 001

Data: 01/01/2017 Valor: 47,97€
 Cliente: Associação de Pais de Guifões
 Endereço: R. A. 100, Guifões Telefone: 21 234 567

Descrição	Tipo	Unid	Quant	Preço (€)	Total
Instalação de tomadas	Mão-de-obra	h	2	14,99	29,98
Armadura estanque TB 2X18W Ref: 16632791 (Jeroy Merlin)	Material	Un	1	17,99	17,99
Foco SPFL RED LED 24W/1600LM BR Ref: 19184720 (Jeroy Merlin)	Material	Un	1	17,99	17,99
				Subtotal	47,97
				Descontos	0,00%
				IVA	0,00%
				Total	47,97



Descrição	Tipo	Unid	Quant.	Preço (€) Unitário	Total
Electricista	Mão-de-obra	h	2	0	0,00
Armadura estanque TB 2X18W Ref: 16632791 (Jeroy Merlin)	Material	Un	2	14,99	29,98
Foco SPFL RED LED 24W/1600LM BR Ref: 19184720 (Jeroy Merlin)	Material	Un	1	17,99	17,99
				Subtotal	47,97
				Descontos	0,00%
				IVA	0,00%
				Total	47,97

Assunto: Donativo em formação/ atividade

Exmos. Sr.

Agradecimento nº
Gulpihares,

Exmos. . A Aldeia de Crianças SOS de Gulpihares vem pela presente agradecer a V. Exa , que gentilmente esta voluntária ofereceu a esta Instituição intermédio do estágio curricular da estagiária Bárbara Pereira, em particular às n/ crianças e jovens. Bem-haja pelo apoio, esforço, carinho e amizade, que sejam largamente compensados. Pouco mais podemos dar em troca, que a n/ gratidão e amizade eterna. Sem mais, agradecemos a atenção prestada,

Cordiais saudações de amizade,

Com os melhores cumprimentos,

A Administrativa

(Marta Nunes)

Anexo D.E-mail de donativos/materiais recebidos

Cara Bárbara Pereira,

Uma vez garantido o transporte, gostaríamos de poder colaborar através da dinamização de uma recolha na nossa Faculdade. Para tal, pedia-lhe apenas que nos envie, se tiver, material de comunicação para divulgarmos pelos nossos estudantes com referência aos materiais necessários, sendo que nós nos poderemos encarregar de divulgar, recolher e armazenar os donativos até que os venha levantar.

Caso não tenha nenhum material de comunicação nós poderemos fazê-lo através do nosso Departamento de Comunicação e Imagem.

Para algum esclarecimento poderá entrar em contacto comigo através do número 926 777 941 ou deste e-mail.

Com os melhores cumprimentos,

Ana Isabel Rodrigues

Departamento de Ação Social AEFPCUP

Anexo E – E-mails de tentativas de realização de atividades com a comunidade

e-mail 1: Caríssimos Responsáveis pela Casa da Música,
Venho enquanto voluntária e ex-estagiária da Aldeia SOS de Gulpilhares e sobrinha do doutor Nuno Guedes questionar se existe alguma possibilidade de se fazer uma atividade conjunta, entre a casa da Música e as Aldeias SOS de Gulpilhares, visto que o mês de Março é o mês dedicado a música e assim poderia fazer algo diferente com os meninos proporcionando-lhes um dia diferente.
Caso possam contribuir e fazer estas crianças felizes liguem-me para 910622072, ou proponham uma data para nos reunirmos.
Desde já agradeço a vossa generosidade e amabilidade. Os melhores Cumprimentos, Bárbara Pereira

e-mail 2: Boa Noite Caríssimo Responsável pelos serviços educativos da fundação de Serralves,
Gostaria de saber se existe alguma possibilidade de se fazer um desconto de grupo para que as crianças da instituição onde estive a estagiar pudessem ir a vossa entidade. No seguimento do meu estágio nas Aldeias SOS de Gulpilhares, durante o primeiro semestre fiquei com vontade de ir ao vosso espaço com os meninos. Será que é possível proporcionar-lhes esta tarde, ou dia diferente?
Desde já agradeço a vossa amabilidade e atenção, os melhores cumprimentos,
Bárbara Pereira

Anexo F- Maquete da Casa das Brincadeiras



Crescer a Brincar-Educação Não Formal: Construção da Casa das Brincadeiras

Entrevistado(a)	Cargo Profissional
Doutor Álvaro Faria	Educador Social na Aldeia SOS de Gulpilhares
Doutor Carlos Neto	Professor Associado do Instituto Geográfico e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
Doutora Cristina Cabeleira	Diretora da Aldeia SOS de Gulpilhares no ano lectivo 2017/2018
Doutora Guida Bernardo	Diretora Pedagógica nas Aldeias SOS em Portugal
Doutor Manuel de Barros Cardoso	Veterinário da Universidade Técnica de Lisboa
Doutora Margarida Almeida	Educadora Social no Colégio Nossa Senhora de Lourdes
Doutor Miguel Horta	Animador Sócio-Cultural (autor/ ilustrador de literatura infanto-juvenil e co-fundador da Laredo Associação Cultural)
Doutor Pépe Ménéndez	Director Adjunto da Fundação Jesuíta, da Catalunha
Doutor Pedro Neto	Diretor Executivo do Responsável pela Amnistia em Portugal
Mãe Social Ana	Nome fictício de uma mãe Social na Aldeia SOS de Gulpilhares
Mãe Social Rita	Nome fictício de uma mãe Social na Aldeia SOS de Gulpilhares
Ex-Utente Cátia	Uma ex-utente da Aldeia SOS de Gulpilhares que continua ligada à mesma instituição, por visitas à sua ex-mãe social
Professora Aida Figueiredo	Professora Auxiliar na Universidade de Aveiro
Professora Amália Rebolo	Coordenadora do Mestrado em Ensino de Educação Física no Ensino Básico e Secundário (Instituto Piaget, Almada)
Professor Flávio Lopes	Treinador de Capoeira do grupo de Canelas
Professora Gabriela Bento	Bolseira do Quadro dos Docentes da Universidade de Aveiro
Professora Inês Guedes de Oliveira	Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro
Professor Rui Mendes	Membro do Inem e Bombeiro
Profissional da Aldeia SOS de Gulpilhares	Psicopedagoga das Aldeias SOS de Gulpilhares